

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ENSINO
CURSO DE ALTOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM ÊNFASE NA
GESTÃO ESTRATÉGICA DE SERVIÇOS DE BOMBEIRO MILITAR**

HAMILTON SANTOS ESTEVES JUNIOR – Ten-Cel QOBM – CBMDF

**A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA A FORMAÇÃO EM SEGURANÇA
PÚBLICA: UMA ANÁLISE DE APLICAÇÃO PARA OS CORPOS DE BOMBEIROS
MILITARES BRASILEIROS**

Florianópolis-SC

2009

HAMILTON SANTOS ESTEVES JUNIOR

**A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA A FORMAÇÃO EM SEGURANÇA
PÚBLICA: UMA ANÁLISE DE APLICAÇÃO PARA OS CORPOS DE BOMBEIROS
MILITARES BRASILEIROS**

Monografia apresentada ao Curso de Altos Estudos Estratégicos do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina com especialização *lato sensu* em Administração Pública com ênfase na Gestão Estratégica de Serviços de Bombeiro Militar, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Administração Pública, com ênfase na Gestão Estratégica de Serviços de Bombeiro Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina.

Orientador: Prof. José Dimas D'Avila Maciel Monteiro, Msc

Florianópolis (SC)

2009

HAMILTON SANTOS ESTEVES JUNIOR

**A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA A FORMAÇÃO EM SEGURANÇA
PÚBLICA: UMA ANÁLISE DE APLICAÇÃO PARA OS CORPOS DE BOMBEIROS
MILITARES BRASILEIROS**

Esta Monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Especialista em Administração Pública, com ênfase na Gestão Estratégica de Serviços de Bombeiro Militar e aprovada em sua forma final pelo Curso de Especialização *lato sensu* em Administração Pública com ênfase na Gestão Estratégica de Serviços de Bombeiro Militar, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 26 de março de 2009.

Professor e Orientador Jose Dimas D'Avila Maciel Monteiro, Msc
Universidade do Sul de Santa Catarina

Professora Rosângela Tremel, Msc
Universidade do Sul de Santa Catarina

Coronel Carlos Alberto dos Santos Rodrigues, Esp
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Dedico este estudo a minha Esposa e amiga Shirlei, pela demonstração de amor e carinho e o apoio incondicional durante a minha ausência, não medindo esforços para que eu pudesse ter tranquilidade em realizar todas as etapas do curso.

Às minhas filhas Luiza e Ana Clara, por terem compreendido os momentos de ausência que se fizeram necessários para a conquista do desafio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, pelo amor e bênçãos derramadas diuturnamente.

Ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), instituição que me acolheu e ensinou os valores do privilégio de ser Bombeiro.

À Secretaria Nacional de Segurança Pública, pelo trabalho brilhante na valorização do profissional de Segurança Pública de nosso País e por ter acreditado na importância da troca de experiência interinstitucional, proporcionando que este oficial tivesse todas as condições para concluir a proposta.

Ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC), minha a gratidão por ter concedido a este oficial o privilégio de frequentar o Curso de Altos Estudos e Estratégia (CAEE). Em especial a todos os amigos de turma do CAEE.

À Universidade do Sul de Santa Catarina, pela qualidade da proposta do curso e por ter proporcionado o crescimento intelectual e profissional deste oficial.

Agradeço ao Amigo Major Willian Bonfim, pela oportunidade de poder participar dessa proposta.

À amiga Adriana, por ter dedicado seu tempo em me ajudar na correção desta pesquisa.

Agradeço também ao Professor Jose Dimas D'Avila Maciel Monteiro, meu orientador, pela sabedoria e esforço ao me apoiar com suas idéias, sugestões e correções.

Ao TC QOBM/DF Guedes amigo e companheiro de curso agradeço pelos ensinamentos de vida e o companheirismo demonstrados nos momentos compartilhados distante do ambiente familiar.

Aos meus Pais Hamilton e Adecir, que sempre se orgulharam e confiaram em minha capacidade de ultrapassar obstáculos.

Agradeço à Professora Maria Lúcia coordenadora do CAEE pelo profissionalismo e dedicação com que conduziu o processo do curso.

A todos que torceram pela conquista deste objetivo.

"Numa sociedade com base no conhecimento, por definição é necessário que você seja estudante a vida toda." (Tom Peters)

RESUMO

Este trabalho apresenta a Matriz Curricular Nacional (MCN) para formação em Segurança Pública definida como a referência teórico-metodológica para orientar o planejamento e avaliação das atividades formativas dos profissionais da área, a ser aplicada para a Polícia Civil, Polícia Militar e Corpos de Bombeiros. Considerando-se que são instituições com competências distintas, a proposta é investigar se a MCN e sua malha de disciplinas são adequadas para a formação do Bombeiro Militar (BM). Para tal foram estudadas as teorias sobre a concepção de currículos, destacando o currículo por competência e a definição de competência. A metodologia utilizou a análise de competências específicas de Bombeiros, as disciplinas contidas em currículos aplicados por Corpos de Bombeiros do país, escolhidos por Região e por sua característica operacional. Investigou-se a correlação das competências e os conhecimentos comuns à formação de Bombeiros com a estrutura concebida na Matriz Curricular e as disciplinas estabelecidas na malha curricular a serem aplicadas para todas as instituições de Segurança Pública do País. Avaliou-se, por meio dos currículos estudados, as disciplinas que são comuns a formação do profissional BM, destacando-se o conhecimento comum aplicado pelos Corpos de Bombeiros. E, por fim, apresenta uma proposta de malha de disciplina comum para a formação do BM do País.

Palavras-Chave: Competência. Currículo. Formação. Bombeiro Militar. Matriz Curricular Nacional.

ABSTRACT

The present paper discusses the National Curriculum Matrix for professional formation in Law Enforcement, here defined as the theoretical-methodological reference, for planning and evaluation of graduation activities in those professionals, to be used by Policemen, Military Police Officers and Firefighters. As institutions with specific competences, the purpose is to investigate whether that Matrix, and its discipline web, is appropriate for the firefighter graduation. In that way, the theories on curriculum, and the curriculum by competence with its definition, were studied. The methodology got used of the firefighter's specific competence analysis, the disciplines within the curriculums from the Fire Departments in other unities across the country - chosen one in each region - and their operational characteristics. The competence and common knowledge with their correlation in the graduations of firemen were analyzed, together with the structure conceived for the Curriculum Matrix and the disciplines defined to be applied for all Law Enforcement institutions over the country. An Evaluation, through the examined curriculums, of the common disciplines towards the firefighter professional formation was taken, accentuating the common knowledge applied by Fire Departments. Coming to the an end, the present work suggests a common discipline chart for the Firefighter professional in Brazil.

Key words: competence; curriculum; graduation; firefighter; national curriculum matrix.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Os princípios da Matriz divididos em grupos	31
Figura 1 – Eixos articuladores da MCN.....	39
Figura 2 – Áreas Temáticas da MCN	46
Figura 3 – Condições necessárias ao desempenho competente	57
Quadro 2 – Competências Cognitivas, Operativas e Atitudinais para o profissional de Segurança Pública.....	60
Quadro 3 – Competências para a formação do BM do Estado de Roraima.....	62
Quadro 4 – Tarefas do soldado BM do Distrito Federal	65
Quadro 5 – Malha Curricular para as Ações Formativas da Área de Segurança Pública.....	74
Quadro 6 – Disciplinas do currículo de formação de soldados do CBMSC.....	76
Quadro 7 – Disciplinas do currículo de formação de soldados do CBMMG	77
Quadro 8 – Disciplinas do currículo de formação de soldados do CBMPA	78
Quadro 9 – Disciplinas do currículo de formação de soldados do CBMCE	79
Quadro 10 – Disciplinas do currículo de formação de soldados do CBMDF	80
Quadro 11 – Disciplinas da área de concentração Conhecimento Jurídico e Legislação.....	91
Quadro 12 – Disciplinas da área de concentração Prevenção e Combate a Incêndio.....	91
Quadro 13 – Disciplinas da área de concentração Busca e Salvamento	92
Quadro 14 – Disciplinas da área de concentração Atendimento Pré-hospitalar.....	93
Quadro 15 – Disciplinas da área de concentração Defesa Civil.....	93
Quadro 16 – Disciplinas da área de concentração Treinamento Físico	93
Quadro 17 – Disciplinas da área Militar.....	94
Quadro 18 – Outras disciplinas encontradas nos currículos	95
Quadro 19 – Disciplinas que são comuns encontradas nos currículos estudados....	95
Quadro 20 – Malha de disciplinas da MCN para a formação de Bombeiros (proposta).....	103

LISTA DE ABREVIATURAS

nº – número

p. – página

s/n – sem número

n/c – não contemplado

Man. - Maneabilidade

LISTA DE SIGLAS

BM – Bombeiro Militar

CAEE – Curso de Altos Estudos e Estratégia

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CBMCE – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará

CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

CBMERJ – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro

CBMMG – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

CBMPA – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará

CBMRR – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima

CBMSC – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina

CHAs – Competências, Habilidades e Atitudes

EPIs – Equipamentos de Proteção Individual

FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública

INFOSEG – Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública

MCN – Matriz Curricular Nacional

MJ – Ministério da Justiça

PCIP – Proteção Contra Incêndio e Pânico

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	TEMA	15
1.2	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	16
1.2.1	Justificativa	18
1.3	HIPÓTESES	20
1.4	OBJETIVO GERAL	21
1.4.1	Objetivos específicos	21
1.5	METODOLOGIA	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	PREÂMBULO	23
2.2	AS POLÍTICAS INTEGRADAS DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA	25
2.2.1	As ações da SENASP	25
2.3	A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA	28
2.3.1	Os princípios que regem a MCN	30
2.3.2	Os objetivos da MCN	32
2.3.3	Os eixos articuladores da MCN	33
2.3.4	As áreas temáticas da MCN	39
2.4	AS PRINCIPAIS ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS CORPOS DE BOMBEIROS	46
2.4.1	Atividades de combate a incêndio	51
2.4.2	Atividades técnicas de prevenção	51
2.4.3	Atividades técnicas de investigação	52
2.4.4	Atividades de busca e salvamento	52
2.4.5	Atividade de atendimento Pré-hospitalar	53
2.4.6	Atividades de Defesa Civil	54
2.5	AS COMPETÊNCIAS PARA SER UM PROFISSIONAL BOMBEIRO MILITAR	55
2.5.1	Conceito de competência	55

2.5.2	O mapa de competências das atividades de Segurança Pública	58
2.5.3	Os conhecimentos, as habilidades e atitudes do Bombeiro Militar	60
2.6	OS CONHECIMENTOS CONTIDOS NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES.....	65
2.6.1	Concepções sobre currículo.....	66
2.6.2	Currículo por competência.....	70
2.6.3	O currículo em forma de Malha Curricular para as ações formativas de Segurança Pública	73
2.6.4	O currículo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.....	74
2.6.5	O currículo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.....	76
2.6.6	O currículo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado Pará.....	77
2.6.7	O currículo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará	78
2.6.8	O currículo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	79
3	ANÁLISE E DISCUSSÃO DA CORRELAÇÃO DA MCN COM OS CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS DA PROFISSÃO BOMBEIRO MILITAR .	81
4	CONCLUSÃO	99
	REFERÊNCIAS.....	104
	ANEXOS	110
	ANEXO A – Currículo do Curso de Formação de Soldados do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.....	111
	ANEXO B – Currículo do Curso de Formação de Soldados Bombeiros do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais.....	112
	ANEXO C – Currículo do Curso de Formação de Soldados do Corpo de Bombeiros Militar do Estado Do Pará	113
	ANEXO D – Currículo do Curso de Formação de Soldados do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará.....	114
	ANEXO E – Currículo do Curso de Formação de Soldados do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.....	115

1 INTRODUÇÃO

As instituições que fazem parte do Sistema de Segurança Pública do País, conforme define o artigo 144 da Constituição Federal, são a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar.

O País passa por transformações sociais e necessita que essas instituições - que têm o papel de manter a ordem e preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio - sejam fortes e bem preparadas para terem êxito no desempenho de suas atribuições diárias, que são a prevenção e combate ao crime, à violência, aos acidentes e aos desastres.

Essas instituições estão diretamente ligadas ao Ministério da Justiça (MJ) e possuem relação com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que tem o papel de definir as políticas públicas de Segurança para o País. Essas políticas possuem vertentes distintas, como o reaparelhamento das instituições do sistema, a modernização, as novas tecnologias e a constante valorização do profissional de segurança pública, sendo esta última vertente o foco do presente estudo.

As propostas da SENASP para a área de valorização profissional estão centradas na busca pela integração de ações dos órgãos que compõem o Sistema. Os autores Roegiers e De Ketele (2004, p. 18), apresentam o conceito e o sentido da integração.

O conceito de integração traz a idéia de interdependência dos diferentes elementos que se está buscando integrar. Busca-se aproximar tais elementos, evidenciando seus pontos comuns, reforçando os vínculos existentes entre eles, tecendo uma rede entre esses elementos, tornando-os solidários entre si, juntando-os associando-os, fazendo-os aderir em conjunto, mas sem fundi-los nem confundi-los. Em sua na essência da palavra acontece um reagrupamento formando um sistema. A integração é, portanto, também a coordenação desses elementos.

O sentido dado pelos autores, quando definem a palavra integração, traduz a idéia da SENASP, quando construiu a MCN para as ações formativas em Segurança Pública, servindo de base para todas as instituições integrantes do Sistema. A Matriz tem o grande desafio de diminuir as diferenças e distanciamentos

nas ações educacionais em segurança pública no Brasil que - por sua dimensão territorial e desigualdades - provocam abismos culturais e comportamentais, ainda presentes em pleno século XXI.

Assim o estudo tem a tarefa de analisar se a MCN e sua malha de disciplinas são aplicáveis à formação dos Corpos de Bombeiros Militares brasileiros, podendo contribuir, de alguma forma, para a melhoria da formação do profissional bombeiro.

A preocupação é buscar pontos que trazem à tona os enfoques curriculares que propiciem formar Bombeiros Militares intelectual e humanamente preparados, capazes de aceitar desafios, construir e reconstruir teorias, discutir hipóteses, confrontá-las com o real; formá-los com competência para influenciar a construção do futuro organizacional, ou participar dele, de forma contextualizada.

Neste contexto, o trabalho se inicia com a apresentação das políticas de valorização profissional em Segurança Pública, o papel da SENASP - órgão responsável por definir as ações da área - onde se procura dar relevância em estudar o documento MCN, com seus objetivos, princípios, eixos articuladores e áreas temáticas.

Busca-se, sucintamente, descrever as atividades desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros brasileiros, suas missões e competências legais e uma breve análise da inserção das instituições na Constituição Federal e nos Estados. Nesse item, também são apresentadas as diversas atividades desenvolvidas pelas instituições de Bombeiros, que se resumem em Prevenção e Combate a Incêndios, Busca e Salvamento, as atividades de Coordenação e execução das ações de Defesa Civil, Perícia de Incêndio e estabelecer normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio ou qualquer tipo de catástrofe.

São também identificadas as principais competências dos profissionais da área de Segurança Pública, que nortearam a definição da composição das disciplinas comuns da malha curricular, elaborada pela SENASP, para verificar a correlação com as competências específicas de Bombeiro.

Para descobrir os conhecimentos aplicados para Bombeiros Militares, são analisados os currículos dos Cursos de Formação de Soldados dos Corpos de Bombeiros Militares dos estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Pará, Ceará e Distrito Federal, caracterizando uma Unidade Federativa em cada região do País.

A revisão de literatura apresenta as principais teorias sobre a interdisciplinaridade, transversalidade, os princípios, os critérios e as noções modernas sobre currículo e sua definição, além do currículo por competência. O referencial teórico do presente estudo trata de pressupostos conceituais necessários para responder à dúvida levantada que questiona se a MCN é aplicável aos Corpos de Bombeiros Brasileiros.

Na fase de análise e interpretação de dados, o objetivo é identificar e correlacionar as competências específicas de Bombeiro com os currículos estudados e traçar a linha comparativa com as áreas temáticas da MCN e, com isso, verificar sua aplicabilidade para os Corpos de Bombeiros.

As conclusões do estudo e as recomendações são apresentadas na última parte do presente estudo. As grades curriculares dos Cursos de Formação de Soldados dos estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Pará, Ceará e Distrito Federal - e as referências bibliográficas que definiram o marco teórico da presente pesquisa - consubstanciam o trabalho.

1.1 TEMA

O tema aborda a formação nos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do País (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar) na análise da MCN, instrumento de referência para as ações formativas. A MCN foi elaborada pela SENASP, órgão do Ministério da Justiça, que define os conhecimentos comuns a serem repassados aos operadores dessas instituições.

O presente trabalho analisa a aplicabilidade da MCN, objetivando as ações formativas dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, bem como as disciplinas que estão contempladas na malha curricular que dá movimento à referida MCN e os currículos adotados pelos Corpos de Bombeiros Militares.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A SENASP, com o objetivo de estabelecer uma referência teórico-metodológica para orientar o planejamento e avaliação das atividades formativas dos profissionais da área de Segurança Pública, elaborou uma MCN, para aplicação em todos os estados brasileiros.

A intenção é estabelecer um nivelamento nas ações formativas dos servidores do sistema de segurança pública, por meio de uma explícita e clara definição operacional e funcional. Ou seja, ter, em todas as instituições de ensino de Segurança Pública do País, um currículo mínimo para garantir a mesma linguagem e terminologias comuns nas ações práticas e teóricas dos seus operadores e, conseqüentemente, uma resposta mais eficaz e eficiente no atendimento à sociedade.

Quando da concepção do projeto de elaboração da MCN, os Corpos de Bombeiros Militares ainda não faziam parte das ações institucionais da SENASP, principalmente no que dizia respeito às ações do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), criado pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, donde emanam os investimentos federais para essa área. A legislação de criação do fundo somente contemplava recursos para as instituições policiais, conforme preceitua o art. 4º da referida lei, *in verbis*:

Art. 4º O FNSP apoiará projetos na área de segurança pública, destinados, dentre outros, a:

I - reequipamento das polícias estaduais;

II - treinamento e qualificação de polícias civis e militares e de guardas municipais;

III - sistemas de informações e estatísticas policiais;

IV - programas de polícia comunitária; e

V - polícia técnica e científica.

A justificativa para a não inserção dos Corpos de Bombeiros Militares no fundo transitava em torno dos fenômenos que mais incomodam a sociedade brasileira: o crime e a violência. Verifica-se, então, uma concentração de esforços, por parte da SENASP, em tentar minimizar as causas desses fenômenos, com a estratégia de agregar esforços em todo o cenário nacional para o enfrentamento da

criminalidade e da violência, concentrando as políticas públicas da área na tentativa de controlar tais fenômenos.

Para corroborar com a afirmação de que os Corpos de Bombeiros não são vistos como problema para a sociedade, Martins (2003, p. 13) em sua dissertação, afirma o seguinte:

Para a realização deste trabalho deparei-me com uma dificuldade inicial relativa à notável ausência de trabalhos que, no âmbito das ciências sociais brasileiras, se referissem aos bombeiros. Aparentemente essa categoria profissional não tem sido objeto de estranhamento e nem são tidos como significativos pelos pesquisadores dessa área de estudo. **A meu ver, isto se deve ao fato do bombeiro ser representado como um agente social que não se constitui em problema mas, pelo contrário, que soluciona demandas de auxílio urgentes e que o faz com a competência possível.** Vejamos, quando pensamos nesses profissionais a primeira imagem que nos vem a mente são suas atuações nos incêndios, nos salvamentos de comunidades e vidas. Enfim, percebemos o bombeiro como uma personagem que está no lugar certo, na hora certa. (grifo nosso)

No ano de 2003, os Corpos de Bombeiros foram inseridos nas ações do FNSP, garantindo o que preceitua a Constituição Federal em seu artigo nº 144:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e **Corpos de Bombeiros Militares.** (grifo nosso)

O movimento consolida uma questão importante para os Corpos de Bombeiros Militares, garantindo-os de fato como instituição que realiza segurança pública no País, ampliando a decisão concebida anteriormente de direcionar as ações para as instituições policiais e guardas municipais.

Com a inserção, se fizeram valer os preceitos constitucionais do artigo 144 da constituição para os Corpos de Bombeiros Militares e, conseqüentemente, a inclusão nas diversas ações do FNSP e nas políticas públicas de segurança pública definidas por aquela Secretaria Nacional. Isso resultou na alteração - dada pela redação da Lei nº 10.746, de 10 de outubro de 2003 – de alguns artigos da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, principalmente no artigo 4º, *in verbis*:

Art. 4º O FNSP apoiará projetos na área de segurança pública destinados, dentre outros, a:

I - reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, Corpos de Bombeiros Militares e guardas municipais;

Essa garantia fez com que se envidassem esforços para inserir os Corpos de Bombeiros em todas as áreas de investimento do FNSP e, especificamente, na rubrica valorização profissional. Esse esforço resultou na participação dos Corpos de Bombeiros na discussão das disciplinas comuns da MCN, na tentativa de inserir os fenômenos associados à atividade de Bombeiro. A proposta da MCN, apresenta a seguinte redação:

A principal característica da Matriz Curricular Nacional - doravante denominada Matriz - é ser um referencial teórico-metodológico para orientar as atividades formativas dos profissionais da área de Segurança Pública - Polícia Militar, Polícia Civil e **Bombeiros Militares**-independente da instituição, nível ou modalidade de ensino que se espera atender. Seus eixos articuladores e áreas temáticas norteiam, hoje, os mais diversos programas e projetos executados pela SENASP. (MCN-SENASP, 2008, p. 1, grifo nosso)

A Matriz ganha mais um ingrediente de estudo, extrapolando a abrangência de estar focada apenas nas atividades formativas das instituições policiais.

Seguindo esse entendimento, e na ótica do autor, observa-se que a MCN enfatiza e direciona a maioria de seus princípios e objetivos para habilidades e competências relacionadas com as ações formativas das instituições policiais.

Diante das situações citadas acima, chega-se ao seguinte questionamento como formulação do problema:

A Matriz Curricular Nacional (MCN) e sua malha curricular, atualmente concebida para as instituições de segurança pública do país, são aplicáveis aos Corpos de Bombeiros Militares?

1.2.1 Justificativa

Atualmente, o Governo Federal - por meio da SENASP - tem envidado esforços para estabelecer políticas públicas que propiciem a integração entre as instituições que compõem o sistema de segurança pública do país.

A proposta da SENASP é pautar por uma relação com os estados de forma dinâmica, com mais parceria e cooperação, em torno da elaboração e

implementação de ações estaduais de segurança pública sistêmicas, isto é, abrangentes e integradas, e não pelo mero financiamento passivo desses projetos.

Nesse contexto, foi estabelecida uma MCN, que é um referencial teórico-metodológico para orientar as atividades formativas dos profissionais da área de Segurança Pública, independente da instituição, nível ou modalidade de ensino que se espera atender. A Matriz perpassa por várias ações da SENASP e dá o alinhamento das políticas públicas de valorização profissional, quando define condições essenciais a serem cumpridas no estabelecimento de programas e projetos, desencadeados para a melhoria dos serviços prestados pelos operadores de segurança pública.

A Matriz, além de dar o referencial para as ações formativas em segurança pública, tem o desafio de estabelecer uma malha curricular comum, com diversas disciplinas que devem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino das instituições de segurança pública do País e, com isso, diminuir o distanciamento educacional entre os entes federados, estabelecendo uma linguagem comum e conseqüente sinergia integrativa.

Com a consolidação dessa proposta, várias instituições de ensino em segurança pública de nosso país têm realizado mudanças curriculares para adotar a Matriz. Desta forma, essas instituições fixam suas ações educativas em um alinhamento político estabelecido pela SENASP e, conseqüentemente, cumprem os compromissos estabelecidos com a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que têm, em suas principais linhas de ação, a unificação dos conteúdos dos cursos de formação e aperfeiçoamento das instituições “policiais”.

As referências e os princípios a serem seguidos nas diretrizes estabelecidas pela SENASP deverão ter como referência a MCN e os eixos ético, legal e técnico. Isto é preconizado para quaisquer atividades educacionais, seja de formação ou atualização, e nas modalidades presencial ou à distância.

Essas atividades educacionais não devem estar restritas somente à compatibilização do espaço físico, da carga horária comum, mas devem estar integradas no âmbito estadual e federal com uma política de ensino unificada.

Em uma análise preliminar da Matriz, verifica-se a ênfase nos fenômenos do crime e da violência e pouco, ou quase nada, se fala sobre os fenômenos dos acidentes e desastres, foco principal das atividades das instituições Bombeiro Militar

(BM). As instituições que compõem o sistema de segurança pública têm missões constitucionais diferentes e, para que suas atividades sejam cumpridas, estabelecem os seus conhecimentos, suas habilidades e atitudes específicas que em alguns casos são semelhantes e, em outros aspectos, são completamente díspares.

Como as atividades dos Corpos de Bombeiros foram incluídas na MCN após sua concepção, torna-se importante estudar a proposta de aplicação integrada para as instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública (Polícias Civis e Militares e Corpos de Bombeiros). É fundamental que os Corpos de Bombeiros de todo o país tenham a convicção de que estão aplicando algo que realmente possa nortear suas ações formativas e mudem substancialmente as práticas de atuação. Sendo assim, o estudo irá subsidiar os gestores das organizações de bombeiro a decidirem, cientificamente, o caminho a ser seguido, no sentido de se ter uma ação formativa comum em todo o país, e não simplesmente cumprirem algo que possa estar desfocado do cumprimento da sua missão.

A relevância do estudo está em analisar com profundidade uma proposta Nacional que está diretamente relacionada à formação de talentos humanos, um dos pontos mais importantes das instituições de segurança pública, neste caso especificamente, dos Corpos de Bombeiros Militares.

1.3 HIPÓTESES

A MCN foi concebida inicialmente para orientar as ações formativas das instituições policiais. Os Corpos de Bombeiros foram inseridos na proposta no momento da construção da malha curricular de disciplinas. Essa malha foi construída com o objetivo de ditar o que é comum para todas as instituições do sistema de Segurança Pública do Brasil.

Partindo desse pressuposto, as hipóteses do presente estudo são:

Hipótese 1 – A MCN e a malha curricular de disciplinas comuns a serem adotadas pelos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil não são aplicáveis, pois têm o foco principal nas competências policiais, tratando especificamente os fenômenos voltados para o crime e a violência;

Hipótese 2 – Para a MCN ser aplicada para os Corpos de Bombeiros Militares, deverá sofrer mudanças e passar por uma readequação, com a abordagem das áreas de concentração de conhecimento relacionadas às atividades desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros.

1.4 Objetivo geral

Estudar a viabilidade de adoção da MCN para a formação em Segurança Pública e sua malha curricular comum, como base para as ações formativas dos Corpos de Bombeiros Militares Brasileiros.

1.4.1 Objetivos específicos

- a) estudar a proposta da MCN aplicada para os Corpos de Bombeiros e instituições policiais, definindo termos e temas que auxiliem na sua compreensão e operacionalização;
- b) analisar as estruturas curriculares da formação dos principais Corpos de Bombeiros Militares do Brasil;
- c) identificar os conhecimentos que são comuns para a formação dos Corpos de Bombeiros Militares.

1.5 METODOLOGIA

Observando-se o que preconiza Andrade (2008), em razão das características e dos objetivos propostos a esse trabalho, a presente pesquisa é do tipo exploratória, pois possibilita maiores informações sobre o assunto que vai

pesquisar, facilita delimitar o tema da pesquisa, fixar os objetivos e formular as hipóteses.

Quanto ao objeto, a pesquisa é bibliográfica, conforme classifica Lakatos e Marconi (2003, p. 183), envolvendo levantamento documental acerca do tema central da pesquisa, com base em teses, dissertações, livros, artigos científicos, apresentações de seminários e demais materiais disponíveis, relacionados com a formação de profissionais bombeiros militares.

Nesta linha, a mesma é classificada como documental, ao consultarem-se e analisarem-se boletins, resoluções, memorandos e documentos de ensino dos Corpos de Bombeiros.

Para isso, são analisados os currículos de um Corpo de Bombeiros por Região, caracterizando a representação da diversidade encontrada no País, no que diz respeito à atividade de Bombeiro. Os Corpos de Bombeiros definidos são do Estado de Santa Catarina, Ceará, Minas Gerais, Pará e o Distrito Federal. Essas instituições foram selecionadas para serem foco do estudo devido às características relevantes de atuação profissional em suas regiões. O propósito é conhecer a estrutura curricular dos Cursos de Formação de Soldados das corporações estudadas identificando conhecimentos comuns e realizar a correlação com a MCN e a Malha de Disciplinas.

A pesquisa é do tipo aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos de aplicação prática, quando pretende analisar a viabilidade de se utilizar a MCN na formação dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.

Quanto ao método de abordagem, este estudo científico é realizado com predominância no método dedutivo, conforme explica Lakatos e Marconi (2003, p. 106) que, partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente).

O método dedutivo parte de uma situação geral, procurando particularizar a conclusão a respeito do tema abordado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PREÂMBULO

Atualmente, observa-se que o mundo muda e se transforma de maneira rápida e dinâmica, exigindo que as organizações acompanhem o ritmo frenético imposto por essa sociedade, que busca cada vez mais serviços, produtos e atendimentos de qualidade. As mudanças em curso colocam novos e complexos desafios para o desenvolvimento das pessoas.

As grandes transformações sociais, econômicas, tecnológicas e políticas potencializam impactos organizacionais nas estruturas e nos modelos de gestão, e geram incertezas que dificultam a compreensão das questões que cercam as demandas de desempenho e formação profissional.

Ainda nessa perspectiva, Meister (1999) defende que a educação e a qualificação profissional da força de trabalho serão a principal vantagem competitiva do século vinte e um, pelo fato de estar surgindo um conjunto totalmente novo de tecnologias, que exigirão que o trabalhador médio, seja no setor administrativo ou de produção, adquira qualificações que não eram obrigatórias no passado. Essas qualificações vão além das responsabilidades limitadas de determinado cargo e alcançaram um amplo conjunto de habilidades necessárias para que o profissional se adapte às novas tecnologias e mudanças de mercado de trabalho.

Acrescenta-se a essas idéias o pensamento de Borges-Andrade et al. (2006), onde relatam que o mundo do trabalho está em mutação. Os avanços tecnológicos em automação, comunicação e informática; os novos modelos de gestão, a globalização, a terceirização e o desemprego têm provocado significativas modificações nas organizações e no trabalho.

Essas mudanças constantes exigem das organizações a implementação de estratégias audazes para sobreviverem nesse momento tão competitivo, principalmente para as instituições de Segurança Pública que, pela suas missões constitucionais, necessitam acompanhar as mudanças se quiserem - nos dias atuais - apresentar respostas eficientes, eficazes e efetivas para esta sociedade tão exigente e complexa.

Verifica-se a necessidade de se estabelecer novas competências para que o Operador¹ de Segurança Pública possa desempenhar seu papel alinhado com as propostas organizacionais contemporâneas. Nessas novas competências, o conhecimento, a experiência profissional e a atitude pautada na linha ética, legal e moral, são alguns dos pontos evidenciados para o acompanhamento das mudanças.

Acredita-se, como Deluiz (2001, p. s/n), que os elementos das novas práticas de gestão que configuram o modelo da competência no mundo do trabalho são:

A valorização dos altos níveis de escolaridade nas normas de contratação; a valorização da mobilidade e do acompanhamento individualizado da carreira; novos critérios de avaliação que valorizam as competências relativas à mobilização do trabalhador e seu compromisso com a empresa; a instigação à formação contínua; e a desvalorização de antigos sistemas de hierarquização e classificação, ligando a carreira ao desempenho e à formação.

Para Borges-Andrade et al. (2006), é notório o crescimento do debate sobre temas como formação profissional, gestão de pessoas, modernidade organizacional, aprendizagem e competências.

Eles afirmam que a formação profissional obedece a imperativos precisos, tais como a adequação da força de trabalho ao processo produtivo e a implementação de uma cultura própria da instituição de forma a enquadrar a formação e o conhecimento para torná-los convenientes às suas demandas específicas.

Hoje em dia, as instituições estão na busca incessante por preservar sua essência e garantir a identidade nesse contexto atual de tantas mudanças.

Borges-Andrade et al. (2006), confirmam que as organizações sabem que, para serem viáveis e competitivas, precisam ter coleções de habilidades adaptáveis em sua força de trabalho e ter empregados, executivos e gestores com conhecimentos e habilidades atualizados. Portanto, as atividades de aprendizagem, desenvolvimento e treinamento precisam produzir resultados concretos e mensuráveis.

Com toda essa complexidade, se torna imprescindível que haja ações formativas para a área de Segurança Pública, focadas nos avanços científicos, na

¹ Operador de Segurança Pública: profissional que pertence a uma das instituições que compõem o sistema de segurança pública e desempenha as atividades específicas da área. (MCN-SENASP, 2008)

valorização dos saberes acumulados, ou seja, ênfase na prática vivenciada, num sistema educacional único e numa reflexão integrada.

As organizações focam naquilo que lhes dá movimento, que são as pessoas que ali atuam, apresentando sistemas de treinamento, desenvolvimento e educação de forma estratégica nesse cenário de tantas transformações.

Sendo assim, a linha teórica desta pesquisa está estruturada da seguinte forma:

- a) principais políticas integradas de valorização profissional para a área, uma abordagem sobre a MCN e seus principais objetivos;
- b) concepções sobre currículos;
- c) análise das atividades dos Corpos de Bombeiros, para que se possa ter um entendimento da missão da instituição e as competências desempenhadas;
- d) conhecimentos que são comuns para o desenvolvimento das atividades de bombeiro.

2.2 AS POLÍTICAS INTEGRADAS DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA

2.2.1 As ações da SENASP

A SENASP é um órgão de âmbito nacional e tem o objetivo de definir e implementar a política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis por essa área.

Concentra suas ações na promoção da integração entre os órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública na busca de parcerias no País.

As principais ações desencadeadas pelo órgão são:

- a) desenvolver e apoiar projetos de modernização das instituições policiais do País;

- b) manter e ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (INFOSEG);
- c) efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços de segurança pública;
- d) estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública;
- e) realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes.

Aliado a essas atribuições, é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições de segurança pública de todo o país, em um contexto caracterizado pela autonomia dessas organizações, com o desafio de estabelecer políticas públicas de segurança que promovam a participação multidisciplinar e interinstitucional, envolvendo todos os setores da sociedade.

Frente a isso, surge a necessidade da formação de um novo operador de Segurança Pública, que tenha condições de trabalhar pelo estabelecimento das relações pacíficas entre os cidadãos, respeitando as diferenças de gênero, classe, idade, pensamento, orientação sexual, crenças e etnia. Desse profissional, será exigida a promoção de parcerias com as comunidades no que se refere à análise, ao planejamento e ao controle das intervenções, ou seja, estabelecer estratégias de incentivar a participação da comunidade nas ações das instituições de segurança Pública.

Para formar esse novo operador, tem-se investido na capacitação permanente desses profissionais, na reformulação dos cursos ministrados e currículos, na construção de um sistema educacional convergente para todos os órgãos, que possa promover uma visão comum entre todos os profissionais de segurança pública e um mínimo de conhecimento técnico.

Essa formação está focada numa proposta de integração entre as instituições que compõem a Segurança Pública, na intenção de diminuir as diferenças e unir forças no caminho da melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, conforme apresentado pelo Relatório SUSP – 2003 a 2006:

Com a integração o pacto federativo é fortalecido e as potencialidades locais valorizadas, possibilitando a melhor escolha quanto à aplicação de métodos, políticas públicas de segurança e investimento de recursos financeiros - uma garantia do pleno exercício da cidadania. (SENASP-RELATÓRIO SUSP-2003 a 2006, p. s/n)

A visão da SENASP é de que servidor de segurança pública que não é estimulado nem qualificado perde seu interesse profissional, cai na apatia e desconsidera a importância de sua função.

Para garantir que isso não aconteça foi criado o Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional em Segurança Pública e Corpos de Bombeiros, que tem o objetivo de planejar, implementar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino e de gerência técnico-operacional dos profissionais das instituições de Segurança Pública em cooperação com Estados, Municípios e Distrito Federal.

Tem a intenção de identificar e propor novas metodologias e técnicas de ensino voltadas ao aprimoramento das atividades de Segurança Pública, Justiça Criminal e órgãos periciais, promovendo a capacitação continuada e valorizando o profissional de segurança pública em outras ações de cunho sócio-econômico.

As principais políticas de valorização profissional estabelecidas pela SENASP, a partir dos pontos acima mencionados, são:

- a) integração das instituições responsáveis pela formação básica e superior das polícias estaduais e federais, bem como profissionais de Corpos de Bombeiros;
- b) estruturação do Ensino à Distância;
- c) consolidação da implementação da MCN para as Instituições Policiais;
- d) elaboração da MCN para Guardas Municipais com a implementação de políticas de formação continuada e de qualificação de Guardas Municipais;
- e) elaboração da MCN para **Corpos de Bombeiros**. (grifo nosso)

Nessas ações, observa-se o olhar da SENASP para a participação dos Corpos de Bombeiros no sistema, onde as propostas para a área de ensino recebem insumos para a aplicação das necessárias medidas de modernização. A partir daí, as Corporações serão foco de estudos e investimentos constantes.

Na leitura atual, as políticas de Segurança Pública desencadeadas pela SENASP estão focadas nas atividades que promovem a integração² entre os órgãos, fazendo com que todas as ações tenham como premissa integrar, aproximar e unir forças.

² Integração: in.te.gra.ção *sf* (*lat* *integratione*) 1 Ato ou processo de integrar; incorporação, complemento. 2 Condição de constituir um todo pela adição ou combinação de partes ou elementos. (MICHAELLIS)

A área de valorização profissional, especificamente a formação, é um dos principais vetores de consecução da proposta de integração do Sistema de Segurança Pública do País, que busca, constantemente, trazer todos para uma linguagem comum, na perspectiva de unir esforços para a melhoria da qualidade do atendimento e a diminuição dos conflitos e descaminhos da área.

2.3 A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Este item traz a compreensão do que é uma Matriz e de como se aplica na área pedagógica para dar sentido à construção de um pressuposto teórico para as ações formativas. Esse pressuposto, denominado MCN, foco central da presente pesquisa, foi desenhado para dar o alinhamento político, ético e técnico e moral para as ações formativas da área de Segurança Pública do Brasil.

Para que haja entendimento sobre a MCN e sua concepção de origem, torna-se necessário conhecer inicialmente a definição do termo Matriz, com o objetivo de melhor entender a essência de elaboração desse instrumento, que tem o propósito de ser um referencial teórico-metodológico.

Na definição concebida no documento MCN-SENASP (2008), o termo “Matriz”³ suscita a possibilidade de um arranjo não linear de elementos que podem representar a combinação de diferentes variáveis.

No mesmo documento, no que diz respeito à orientação curricular a palavra “Matriz” remete às idéias de “criação” e “geração”, que norteiam uma concepção mais abrangente e dinâmica de um currículo, o que significa propor instrumentos que permitam orientar as práticas formativas e as situações de trabalho.

Ampliando o conceito para a organização curricular em forma de Matriz, ou seja, Matriz Curricular, observa-se atualmente que diversos cursos no sistema de

³ Matriz *sf* (*lat matrice*) 1 Órgão musculoso feminino, oco, piriforme, onde se desenvolve o feto; útero. 2 Lugar onde alguma coisa se gera ou cria. 3 Aquilo que gera. 4 Fonte, manancial. *adj* 1 Que dá origem. 2 Superior, principal, primordial. (MICHAELIS)

ensino do país estão elaborando suas propostas curriculares, organizando-os em forma de matrizes curriculares. A Universidade Estadual de Maringá (2004 p. s/n) elaborou uma resolução que estabelece diretrizes para elaboração de projetos pedagógicos dos cursos de graduação de licenciatura plena, e define a Matriz Curricular como:

Resolução nº 118/2004

III – matriz curricular: bases contendo os diversos processos relacionados com a formação profissional, cultural e humanística dos alunos dos cursos de graduação, que se organizam a partir de eixos e núcleos, que reúnem conteúdos ou conhecimentos em atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, expressando a tradução das ações e etapas necessárias ao ensino e à aprendizagem, tais como as disciplinas, as atividades de pesquisa, extensão e cultura e outras atividades que formam o currículo a ser integralizado pelo aluno;

A concepção de currículos elaborados em forma de Matriz traz a possibilidade de se estabelecer relações dinâmicas entre diversas áreas de conhecimento, fazendo-os interagir constantemente com a possibilidade de criar um currículo integrador.

Para Magalhães (2009), as grades impedem a mobilidade peculiar e inerente à vida. Daí a adequação da expressão Matrizes Curriculares, lembrando o sentido de Matriz como o lugar onde se gera ou se cria algo. E um currículo que se preze como instrumento de desenvolvimento humano, deverá respeitar os princípios de flexibilidade e contextualização, em face de diferentes realidades, culturas, momentos e exigências sociais e históricas.

O documento MCN-SENASP (2008), define que a MCN expressa um conjunto de componentes a serem “combinados” na elaboração dos currículos específicos, ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais e políticas existentes no país.

A MCN para a formação em Segurança Pública está estruturada em princípios, objetivos e dividida em quatro eixos articuladores que desenham o conjunto dos conteúdos de caráter transversal, definidos por sua pertinência nas discussões sobre segurança pública e por envolverem problemáticas sociais de abrangência nacional.

Para contemplar as áreas de conhecimento que serão tratadas nos currículos dos cursos de formação, a MCN é também constituída de oito áreas temáticas. Essas áreas definem os conteúdos indispensáveis à formação do

profissional da área de segurança pública, que o capacitam para o exercício de sua função.

Os eixos articuladores e áreas temáticas devem permear as diferentes disciplinas, seus objetivos, conteúdos, bem como as orientações didático-pedagógicas das ações formativas.

2.3.1 Os princípios que regem a MCN

A versão da MCN-SENASP (2008) define que os princípios da Matriz são preceitos que fundamentam a concepção das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública, e os classificam, para efeito didático, em três grupos, o ético, o educacional e o didático-pedagógico.

Os princípios do grupo ético enfatizam a relação existente entre as ações formativas e a transversalidade dos Direitos Humanos, contribuindo para orientar as ações dos profissionais da área de segurança pública num Estado Democrático de Direito.

Já os princípios do grupo educacional apresentam as linhas gerais sobre as quais estarão fundamentadas as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

E os do grupo Didático-pedagógico orientam as ações e atividades referentes aos processos de planejamento, execução e avaliação utilizados nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

O Quadro 1 apresenta a divisão didática dos princípios da MCN em três grupos distintos.

Grupo	Princípios
Ético	<ul style="list-style-type: none"> - Compatibilidade entre Direitos Humanos e eficiência policial. - Compreensão e valorização das diferenças.
Educacional	<ul style="list-style-type: none"> - Processo aberto, complexo e diversificado que reflete, desafia e provoca transformações. - Abrangência e capilaridade. - Qualidade e atualização permanente. - Articulação, continuidade e regularidade.

Continua...

Grupo	Princípios
Didático-Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do conhecimento anterior. - Universalidade. - Interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes.

Quadro 1 – Os princípios da Matriz divididos em grupos

Fonte: MCN-SENASP (2008)

O princípio da compatibilidade entre Direitos Humanos e eficiência policial traz à tona a importância de se estabelecer um alinhamento das habilidades operativas a serem desenvolvidas pelas ações formativas de segurança pública e os instrumentos legais de proteção e defesa dos Direitos Humanos, pois Direitos Humanos e eficiência policial são compatíveis entre si e mutuamente necessários, além de ser uma obrigação do Estado Democrático de Direito.

A Compreensão e valorização das diferenças nas ações formativas de segurança pública enfatizam o respeito à pessoa e à justiça social. Com isso, propiciará o acesso a conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que valorizem os Direitos Humanos e a cidadania.

As ações formativas de segurança pública precisam de flexibilidade, diversificação e provocar transformação. Ser um processo aberto, complexo e diversificado que reflete, desafia e provoca transformações na concepção e implementação das Políticas Públicas de segurança, contribuindo para a construção de novos paradigmas culturais e estruturais.

Os princípios da abrangência e capilaridade são a garantia do alcance do maior número possível de instituições, de profissionais e de pessoas, por meio da articulação de estratégias que possibilitem processos de multiplicação, fazendo uso de tecnologias e didáticas apropriadas.

As atividades têm o compromisso com a qualidade e atualização permanentes, sendo submetidas periodicamente a processos de avaliação e monitoramento sistemático, garantindo assim a qualidade e a excelência das referidas ações.

As ações formativas obedecem aos princípios da articulação, continuidade e regularidade para dar consistência e a coerência aos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação. O alcance dessa proposta se dará mediante o investimento na formação de docentes e na constituição de uma rede de

informações e inter-relações que possibilitem disseminar os referenciais das políticas democráticas de segurança pública e alimentar o diálogo enriquecedor entre as diversas experiências.

Os processos de desenvolvimento das ações didático-pedagógicas possibilitam a reflexão crítica sobre as questões que emergem ou que resultem das práticas dos indivíduos, das instituições e do corpo social, valorizando o conhecimento anterior. Para isso, levam em consideração os conceitos, as representações, as vivências próprias dos saberes policiais, concretamente envolvido na experiência social e profissional.

A Matriz articula dois princípios aparentemente contraditórios: a universalidade e a especificidade. Os conceitos, doutrinas e metodologias que fazem parte do currículo das ações formativas de segurança pública são veiculados de forma padronizada e abrangente, quando se precisa levar em consideração a diversidade que caracteriza o país; ser específico para garantir que os processos educativos estejam ajustados às realidades de cada região.

Os princípios da interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes. Para a MCN-SENASP (2008) a interdisciplinaridade e transversalidade são duas dimensões metodológicas - modo de se trabalhar conhecimento - em torno das quais o professor pode trabalhar o currículo diferentemente do modelo tradicional, contribuindo assim para excelência humana, por meio das diversas possibilidades de interação, e para excelência acadêmica, utilizando-se as situações de aprendizagem mais significativas. Esses princípios fazem com que os eixos articuladores e as áreas temáticas se unam num processo de interação constante.

2.3.2 Os objetivos da MCN

A MCN (2008), indica os objetivos gerais essenciais à formação em Segurança Pública e os apresenta como desafios propostos aos participantes das ações formativas, que são:

- a) favorecer a compreensão do exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, da participação profissional, social

e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância;

- b) posicionar-se de maneira crítica, ética, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como importante instrumento para mediar conflitos e tomar decisões;
- c) perceber-se como agente transformador da realidade social e histórica do país, identificando as características estruturais e conjunturais da realidade social e as interações entre elas, a fim de contribuir ativamente para a melhoria da qualidade da vida social, institucional e individual;
- d) conhecer e valorizar a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, classe social, crença, gênero, orientação sexual, etnia e outras características individuais e sociais;
- e) conhecer e dominar diversas técnicas e procedimentos, inclusive as relativas ao uso da força e as tecnologias não-letais, no desempenho da atividade de Segurança Pública, utilizando-as de acordo com os preceitos legais;
- f) utilizar diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para construir e afirmar conhecimentos sobre a realidade em situações que requerem a atuação das Instituições e dos profissionais de Segurança Pública.

2.3.3 Os eixos articuladores da MCN

Para a SENASP (2008) os eixos articuladores da Matriz estruturam o conjunto dos conteúdos de caráter transversal definidos por sua pertinência nas discussões sobre segurança pública e por envolverem problemáticas sociais de abrangência nacional.

Utiliza-se a expressão *eixo articulador* pelo sentido amplo, abrangente e

interdisciplinar que busca permear as diferentes disciplinas, seus objetivos, conteúdos, bem como as orientações didático-pedagógicas.

Os quatro eixos que compõem a Matriz foram selecionados para orientar os currículos das ações formativas pela amplitude e possibilidades que apresentam para estruturação dos diversos processos pedagógicos.

Quando se fala em caráter transversal, suscita-se a idéia de que essas áreas de conhecimento atravessam ou cortam o sentido das outras, interceptando disciplinas ou sistemas de disciplinas, ou seja, trabalhar o conhecimento na busca de uma reintegração de aspectos que ficaram isolados uns dos outros. A transversalidade aparece hoje como um princípio inovador na busca do ensino global e integral.

Assmann (1998, p. 183), apresenta uma definição da palavra transversal que significa “o que perpassa de través ou obliquamente”. O termo provém da geometria. Transversalidade tornou-se uma das metáforas para não linearidade.

O Dicionário Interativo da Educação Brasileira define transversalidade como a forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. O conceito de transversalidade surgiu no contexto dos movimentos de renovação pedagógica, quando os teóricos conceberam que é necessário redefinir o que se entende por aprendizagem e repensar também os conteúdos que se ensina aos alunos.

Para Assmann (1998, p. 101), o conceito de transversalidade denota, portanto, uma lógica do transitar/transmigrar, ou seja, um modo de pensar e agir segundo uma racionalidade-em-trânsito, dando o nome de lógica da transversalidade ou razão transversal.

No mesmo sentido, a transversalidade busca outro conceito moderno na concepção pedagógica que é a interdisciplinaridade.

Na ótica de Fazenda (2005, p. 22), o prefixo ‘inter’ - dentre as diversas conotações que podemos lhe atribuir, tem o significado de ‘troca’, ‘reciprocidade’ de ‘disciplina’, de ‘ensino’, ‘instrução’, ‘ciência’. Logo, a interdisciplinaridade pode ser compreendida como sendo a reciprocidade entre as disciplinas ou ciências, ou melhor áreas do conhecimento.

O mesmo autor afirma que a interdisciplinariedade não se ensina, nem se aprende; vive-se, exerce-se. A responsabilidade individual é a marca do pensar interdisciplinar na busca pelo envolvimento das pessoas e das instituições.

Acrescente-se a essas idéias o pensamento de Bovo (2005, p. s/n), que apresenta:

Para que o trabalho interdisciplinar possa ser desenvolvido pelos professores, há que se desenvolver uma metodologia de trabalho interdisciplinar que implica: na integração dos conhecimentos; passar de uma concepção fragmentada para uma concepção unitária de conhecimento; superar a dicotomia entre o ensino e pesquisa, considerando o estudo e a pesquisa a partir da contribuição das diversas ciências e um processo de ensino aprendizagem centrado numa visão de que aprendemos ao longo da vida.

Ainda nessa perspectiva, o autor acima defende que a interdisciplinaridade pretende garantir a construção de conhecimentos que rompam as fronteiras entre as disciplinas. A interdisciplinaridade busca também envolvimento, compromisso, reciprocidade diante dos conhecimentos, ou seja, atitudes e condutas interdisciplinares.

Acredita-se como Mariotti (1999), que a interdisciplinaridade acontece quando várias disciplinas se reúnem e interagem. Na interdisciplinaridade há correlação e integração entre elas, o que permite que daí surja uma síntese, que se manifesta por uma nova expressão, diferente das linguagens das disciplinas separadas. Aqui existe sinergia, o todo é maior do que a soma de suas partes. Essa síntese é apresentada sob forma de uma **linguagem comum** às disciplinas que estão interagindo, e significa que se conseguiu chegar a uma unidade de pensamento surgida da interação. Ou seja: uma unidade que nasceu da diversidade e da multiplicidade. (grifo nosso)

No Glossário apresentado por Assmann (1998, p. 162), interdisciplinaridade é o enfoque científico e pedagógico que se caracteriza por buscar algo mais do que mera justaposição das contribuições de diversas disciplinas sobre um mesmo assunto, e se esforça por estabelecer um diálogo enriquecedor entre especialistas de diversas áreas científicas sobre uma determinada temática. Aplica-se a problemas, atividades e projetos que ultrapassam a capacidade de uma só área disciplinar. O conceito expressa a consciência dessa limitação das disciplinas específicas, mas não transforma isso necessariamente num questionamento epistemológico mais radical, como o faz a transdisciplinaridade.

Para concluir, Garcia (2009) explica que a transversalidade e a interdisciplinaridade são modos de se trabalhar o conhecimento que buscam uma reintegração de aspectos que ficaram isolados uns dos outros pelo tratamento

disciplinar. Com isso, busca-se conseguir uma visão mais ampla e adequada da realidade, que tantas vezes aparece fragmentada pelos meios de que dispomos para conhecê-la e não porque o seja em si mesma.

A autora explica ainda que a interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois para trabalhar os temas transversais adequadamente não se pode ter uma perspectiva disciplinar rígida. Um modo particularmente eficiente de se elaborar os programas de ensino é fazer dos temas transversais um eixo unificador, em torno do qual se organizam as disciplinas. Todas se voltam para eles como para um centro, estruturando os seus próprios conteúdos sob o prisma dos temas transversais.

Dando sentido à construção da proposta transversal e interdisciplinar, o documento MCN-SENASP (2008, p. 10), apresenta inicialmente os quatro eixos articuladores:

Os quatro eixos que compõem esta Matriz foram selecionados para orientar os currículos das ações formativas pela amplitude e possibilidades que apresentam para estruturação dos diversos processos pedagógicos. São eles:

- Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública;
- Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública;
- Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; e
- Diversidade, Conflitos e Segurança Pública.

A seguir, é apresentado o que cada eixo articulador representa e os temas a ele relacionados, na perspectiva do documento MCN elaborado pela SENASP.

a) Sujeito e Interações no contexto da Segurança Pública:

Este eixo articulador é tratado na MCN pela necessidade de considerar o profissional de Segurança Pública como sujeito que desenvolve sua função em interação permanente com outros sujeitos e com o ambiente.

A articulação dos conteúdos desse eixo abrange a discussão sobre os valores a respeito de si mesmo e as relações estabelecidas no contexto do exercício da sua profissão.

Temas que podem estar ligados a este eixo:

- sensibilização, motivação pessoal e coletiva e integração de grupo;
- aspectos humanos da profissão ou de procedimentos específicos;
- relações humanas;

- autoconhecimento e valores.

b) Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública:

É o eixo que se traduz pela exigência em se considerar as atividades de segurança pública no contexto da sociedade, no *locus* onde elas se dão, oferecendo a possibilidade de conhecer e refletir sobre a realidade social, sua organização e suas tensões estudadas do ponto de vista histórico, social, político, antropológico e cultural; sobre conceitos políticos fundamentais como “Democracia” e “Estado de Direito”, considerando igualmente as questões referentes à convivência no espaço público (local principal da atuação dos órgãos de segurança pública e da coexistência de interesses e intenções conflitantes).

Temas que podem estar ligados a este eixo:

- elementos de antropologia e de história;
- sociedade, povo e Estado Brasileiro;
- espaço público, cidadania, democracia e Estado de Direito;
- constituição do Estado de Direito;
- formas de sociabilidade e utilização do espaço público;
- história social e econômica do Brasil e dos estados.

c) Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública:

Este eixo articulador visa estimular o desenvolvimento de conhecimentos, práticas e atitudes relativas à dimensão ética da existência, da prática profissional e da vida social, pela importância da reflexão sobre as articulações entre as diferentes noções de ética, cidadania e Direitos Humanos, bem como suas implicações nos diferentes aspectos da vida profissional e institucional no contexto das atividades de segurança pública e sobre os diversos conteúdos formativos, inclusive os de caráter técnico e operacional, buscando a tradução concreta de princípios e valores na prática cotidiana profissional.

Temas que podem estar ligados a este eixo:

- valores presentes na sociedade;
- atuações humanas frente a dilemas éticos;
- ética, política, cidadania e segurança pública;
- práticas dos profissionais da área de segurança pública à luz das normas e dos valores dos Direitos Humanos.

d) Diversidade, Conflitos e Segurança Pública:

Nesta área, é incluída a discussão de questões voltadas à diversidade que caracteriza o espaço social e cultural. A diversidade é proposta como fonte permanente de enriquecimento e desafio, cabendo proporcionar ao profissional de segurança pública instrumentos para conhecer e refletir sobre expressões da diversidade e do conflito como fenômenos inerentes à vida social e às relações humanas e como direito fundamental da cidadania, no respeito e valorização das diferenças.

Estimula a reflexão permanente sobre as intervenções dos órgãos de segurança pública frente às questões de diferença sociocultural de gênero, de orientação sexual, de etnia, de origem, de comportamentos de todas aquelas que se tornam geradoras de conflitos marcados por intolerância e discriminação.

Temas que podem estar ligados a este eixo:

- diversidade como fenômeno social e direito fundamental da cidadania;
- valorização das diferenças e a intervenção de órgãos da Segurança Pública;
- conflitos gerados pela intolerância e a discriminação;
- mediação e negociação de conflitos;
- movimentos sociais e a atuação dos profissionais da área de segurança pública.

A seguir, é apresentado graficamente como os quatro eixos articuladores estão posicionados. A forma circular como a MCN é desenhada caracteriza a proposta de estar em constante movimento e articulada entre todos os demais componentes.



Figura 1 – Eixos articuladores da MCN

Fonte: MCN-SENASP (2008, p. 10)

Na seqüência apresenta-se o foco de articulação, interação dos eixos articuladores que são as áreas temáticas da Matriz.

2.3.4 As áreas temáticas da MCN

Na MCN-SENASP (2008), as áreas temáticas designam também os espaços específicos da construção dos currículos a serem elaborados pelas instituições de ensino, em conformidade com seus interesses, peculiaridades e especificidades locais.

Cada área define conteúdos possibilitando complementações que atendam às expectativas das diversas corporações, carreiras, demandas da sociedade e peculiaridades de cada região do País. Um ponto importante é a preservação da cultura, das crenças e valores das instituições envolvidas.

O que dá sentido à proposta para a MCN é a vinculação das áreas temáticas com os eixos articuladores e a integração entre todos, formando um conjunto de conteúdos que possam responder a mais de uma área de conhecimento.

As áreas temáticas propostas pela MCN são:

- Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública;
- Violência, Crime e Controle Social;
- Cultura e Conhecimentos Jurídicos;
- Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
- Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;
- Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública;
- Cotidiano e Prática Policial Reflexiva;
- Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

A seguir, apresenta-se o que cada área temática representa e os temas relacionados, na perspectiva do documento MCN elaborado pela SENASP.

a) Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública:

Esta área temática possibilita a compreensão das estruturas organizacionais da história e da dinâmica das Instituições de segurança pública dos diversos Sistemas existentes, incluindo a discussão crítica e contextualizada da atuação dos diferentes órgãos e carreiras profissionais, que compõem as organizações responsáveis pela promoção e preservação da ordem pública, destacando as competências, os pontos de articulação existentes, as interfaces e a interatividade das respectivas ações, com vistas a instrumentalizar o profissional para a participação no desenvolvimento das políticas integradas de Segurança Pública.

Exemplos de temas a serem trabalhados nessa área:

- conceito e os diferentes paradigmas de segurança pública;
- a história das Instituições de segurança pública;
- a formulação, implementação, avaliação e acompanhamento de políticas públicas de segurança;
- as funções e atribuições da polícia numa sociedade democrática;
- a filosofia e modelos de policiamento comunitário;
- a gestão integrada e interatividade em segurança pública;
- controle democrático externo e interno das Instituições de segurança pública;
- poder de polícia, o poder da polícia e o poder discricionário do policial;
- a administração e serviço públicos;

- a gestão de recursos humanos, planos de carreira e relações de trabalho;
- planejamento estratégico aplicado à segurança pública.

b) Violência, Crime e Controle Social:

Esta área temática estabelece um espaço de conhecimento crítico e reflexivo atinente aos fenômenos da violência e do crime em suas várias formas, proporcionando a compreensão das diversas maneiras e graus da sociedade organizar (ou não) o controle dessas manifestações, incluindo o entendimento da diferença entre a modalidade jurídico-penal de tratar a violência e outras modalidades e a abordagem interdisciplinar da violência e da criminalidade.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nessa área

- sociologia da violência;
- violência estrutural, institucional, interpessoal;
- mídia, violência e (in)segurança;
- noções de criminologia;
- processos criminógenos, psicologia criminal e das interações conflituosas;
- sistema penal, processos de criminalização e práticas institucionais de tratamento dos autores de atos delitivos;
- jovens em conflito com a lei;
- violência e corrupção policial;
- crime organizado: análise crítica da gênese e estruturas;
- violência da escola e violência na escola;
- violência e grupos vulneráveis;
- violência contra a mulher;
- exploração sexual comercial;
- violência no trânsito;
- tráfico de drogas.

c) Cultura e Conhecimento Jurídico:

Esta área temática propicia a reflexão crítica sobre o Direito como construção cultural e sobre os Direitos Humanos e sua implementação, com vistas à atuação profissional de segurança pública no Estado Democrático de Direito,

implicando no conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro, seus princípios e normas, com destaque para a legislação pertinente às atividades dos profissionais da área de segurança pública, de forma dissociada das demais perspectivas de compreensão da realidade, tanto no processo formativo quanto na prática profissional.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nessa área:

- Direito, sua concepção e função;
- Direitos Humanos , sua história e instrumentos de garantia;
- Elementos de Direito Constitucional;
- Elementos de Direito Administrativo;
- Elementos de Direito Penal e Direito Processual Penal;
- Legislações especiais aplicáveis no âmbito da Segurança Pública.

d) Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos:

Esta área temática propõe favorecer o domínio do conhecimento e das modalidades necessárias para lidar com situações conflituosas, considerando que estas são diversificadas e que demandam procedimentos e técnicas diferenciadas de atuação preventiva e reativa, incluindo o estudo de técnicas de mediação, negociação, gradientes do uso da força, entre outras. Dada a complexidade destas situações de conflito é fundamental que sejam considerados o foco, o contexto e os envolvidos, para que as decisões sejam tomadas de forma responsável, eficaz, legítima e legal. A análise das situações de conflito, são realizadas no interior dos grupos, incentivando o desenvolvimento de equipes, o planejamento integrado, o comportamento afirmativo, com aplicação das táticas de gerenciamento de conflitos.

Exemplos de temas a serem trabalhados nessa área:

- análise e prevenção de conflitos;
- mediação de conflitos;
- emotividade e percepção das situações de conflito, acidentes e desastres;
- preparação psicológica e emocional do “gerenciador” de conflitos;
- tomada de decisão em situações de conflito;
- uso da força, legitimidade e limites;
- formas de uso da força, responsabilidade e ética;

- responsabilidade dos aplicadores da lei;
- relação com a mídia.

e) Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador:

Para a MCN-SENASP (2008) a abordagem desta área temática é urgente e determinante quanto à motivação, à eficácia e ao bem-estar do profissional em Segurança Pública, incluindo metodologias que valorizem os participantes e lhes permitam ter uma positiva imagem de si como sujeito e como membro de uma instituição, contribuindo para a criação de uma cultura efetiva de respeito e bem-estar dos profissionais, não se restringindo às questões relacionadas à remuneração e planos de carreira, mas também às condições de trabalho, assistência, equipamentos disponíveis e acesso às atividades de formação.

A saúde do trabalhador está associada à sua valorização, tendo-se como referência a dimensão física e os aspectos psicológicos e sociais da vida profissional. Neste sentido, esta Área Temática aborda também a valorização e a proteção da vida e a integridade física, mental e emocional do profissional Segurança Pública, referindo-se à adoção de providências técnicas e a modalidades específicas de organização do trabalho e ao estudo do estresse e de suas consequências.

Exemplos de temas a serem abordados nessa área:

- imagem do profissional Segurança Pública;
- condições de trabalho em Segurança Pública;
- desempenho profissional e procedimentos e técnicas para proteção à vida;
- conceito de saúde para o profissional em Segurança Pública;
- condições de trabalho saudáveis e equipamentos adequados;
- exercício e condicionamento físico.

f) Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública:

Esta área temática inclui conteúdos relativos aos princípios, procedimentos e técnicas da comunicação, isto é, dos processos de troca e transferência de informação.

Para a MCN-SENASP (2008) é imprescindível para o profissional de Segurança Pública conhecer e utilizar de maneira eficaz, legal e eticamente

sustentável, o complexo sistema de comunicação que constitui e estrutura o próprio sistema de segurança pública. Esta área inclui a abordagem geral dos diferentes princípios, meios e modalidades de comunicação, destacando-se entre eles a comunicação verbal e não-verbal e a factual, fundamentais para a interação com o público, a comunicação escrita e a comunicação de massa, designando as diversas técnicas de difusão de informação, ligadas ao desenvolvimento técnico-científico, destinadas ao conjunto da sociedade.

Abrange, ainda, o estudo das modalidades específicas de comunicação, de caráter intra-institucional e interinstitucional, indispensáveis para o funcionamento do sistema de segurança. Contempla as atividades formativas relativas às diversas tecnologias utilizadas em segurança pública, sejam elas ligadas diretamente à comunicação de informações ou relativa às demais atividades em segurança pública, numa visão de aprendizado das tecnologias indissociada da discussão da finalidade e/ou procedimento policial.

Exemplos de temas a serem abordados nessa área:

- princípios, meios e formas de comunicação: da comunicação oral à comunicação de massa;
- comunicação verbal e corporal;
- comunicação de massa e Sistema de Segurança Pública;
- sistemas de telecomunicações interno e externo;
- registro de ocorrências;
- estatística criminal e análise criminal;
- geoprocessamento e atuação policial no *locus* urbano;
- gestão das novas tecnologias da informação;
- atividades, operações e análise de Inteligência;
- controle democrático e atividades de Inteligência.

g) Cotidiano e Prática Policial Reflexiva:

Esta área temática propõe a realização de atividades formativas centradas na discussão teórica sobre a prática, a realidade e o cotidiano da profissão, preparando para a mobilização do conjunto de conhecimentos para solução e mediação de problemas concretos.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nessa área:

- casos de relevância e alto risco;
- mediação e solução de problemas policiais;

- práticas individuais e institucionais polêmicas;
- análise situacional concreta;
- o imaginário popular sobre segurança pública e seus profissionais;
- reflexão sobre rotinas;
- práticas policiais emblemáticas.

h) Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública:

Trata-se da Área Temática em que se concentram os conteúdos relativos aos aspectos técnicos e procedimentais inerentes do exercício das funções e que devem permear as ações formativas e integrar as demais Áreas Temáticas.

Exemplos de temas a serem abordados nessa área:

- planejamento de ação integrada;
- análise criminal;
- áreas integradas de segurança pública;
- informações sobre proteção a testemunhas;
- perícias;
- técnicas para ação tática (ex: técnicas de abordagem, técnicas de defesa pessoal, técnicas de contenção, imobilização e condução, direção defensiva, uso legal da força, métodos de intervenção e de mediação, formas e técnicas de patrulhamento, técnicas de atendimento pré-hospitalar, local de crime, entre outros);
- investigação policial.

Seguindo o sentido da articulação, a seguir é apresentada a Matriz com seus eixos articuladores e suas áreas temáticas, caracterizando o caráter transversal, interdisciplinar e transdisciplinar.

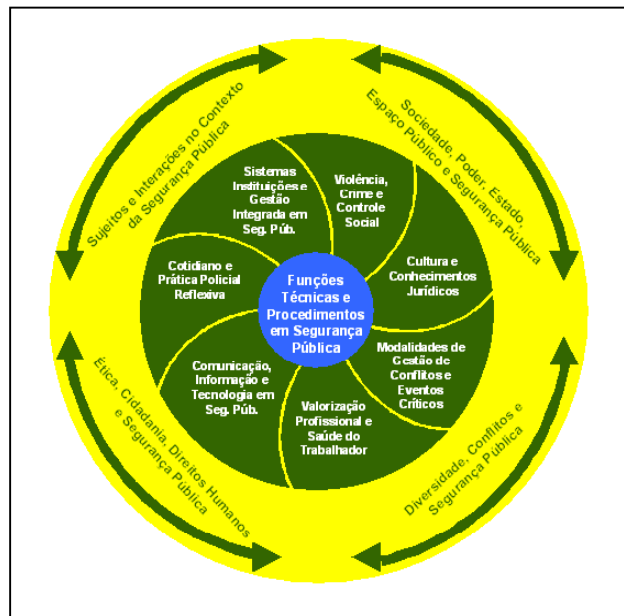


Figura 2 – Áreas Temáticas da MCN

Fonte: MCN-SENASP (2008, p. 13)

Ao conhecer o contexto da MCN e as políticas de valorização profissional da área de Segurança pública, serão abordadas as atividades exercidas pelos Corpos de Bombeiros Militares foco do presente estudo.

2.4 AS PRINCIPAIS ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS CORPOS DE BOMBEIROS

Os Corpos de Bombeiros Militares são entidades públicas, incumbidas da realização dos serviços de prevenção de sinistros, de combate a incêndios e de busca e salvamento de pessoas e bens, nos respectivos Estados e no Distrito Federal.

Além das atribuições acima descritas, os Corpos de Bombeiros realizam as atividades de Defesa Civil na redução dos desastres, desenvolvendo ações de prevenção, de preparação para emergências, de resposta aos desastres e de reconstrução de áreas afetadas.

O Corpo de Bombeiros é uma instituição militar na qual a hierarquia e a disciplina são a base institucional, crescendo a autoridade e a responsabilidade com

a elevação de grau hierárquico. Assim, existem duas classes de bombeiros: oficiais e praças. Os oficiais iniciam suas carreiras no posto de Aspirante-a-Oficial e podem ascender até o posto de Coronel. Já os praças iniciam a carreira com a graduação de Soldado e podem ascender hierarquicamente, em algumas instituições, ao posto máximo de Major.

O § 6º do artigo 144 da Constituição Federal de 1988, dita que as polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Seguindo a linha dos preceitos constitucionais as organizações Bombeiros Militares são órgãos da Administração Pública dos Estados e do Distrito Federal. Eles integram, em outras palavras, o Poder Executivo, sujeitando-se, como qualquer outro órgão da Administração Pública, às normas e princípios jurídicos que regem as suas atividades, em especial aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. O artigo 37 da Constituição Federal, em seu *caput*, afirma:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O Corpo de Bombeiros, pelo que preceitua o artigo 144 da Constituição Federal, insere-se no Sistema de Segurança Pública do Brasil, que é composto por vários órgãos. Todavia, percebe-se que este conjunto de órgãos é formado por categorias profissionais diferentes. Mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas por esses órgãos que compõem o Sistema, o Corpo de Bombeiro tem um alto índice de confiabilidade, na visão da população, o que evidencia uma excelente imagem profissional.

Natividade e Brasil (2006, p.s/n), em relação a essa imagem, explicam:

Os bombeiros se identificam com a figura mítica de Asclepius por serem capazes de preservar vidas. Esse mandato é metaforicamente concedido aos humanos pelos deuses e quando no exercício dele, os bombeiros refletem a imagem de entidades que não pertencem ao nosso mundo. Em outras palavras, o bombeiro é a pura imagem da heroicidade nas situações de preservação da vida alheia.

A confiabilidade da corporação está associada às atividades realizadas pelos profissionais que a compõem. Esses profissionais colocam a própria vida em

risco para salvar a vida de terceiros e para defender o patrimônio público e privado da sociedade.

O trabalho desenvolvido atualmente pelas instituições perpassa pelas atividades de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar. Cada Estado da federação possui legislação específica, onde as características regionais obrigam as instituições a apresentarem atribuições diferenciadas pelas dimensões continentais do País.

Nesse contexto, serão apresentadas as competências legais de alguns Corpos de Bombeiros brasileiros por região, estabelecendo uma relação do que é preconizado nos diversos estados estudados, consoante a Legislação própria de cada um deles.

O Corpo de Bombeiros de Santa Catarina:

Constituição do Estado de Santa Catarina (1989):

Art. 108. O Corpo de Bombeiros Militar, órgão permanente, força auxiliar, reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e disciplina, subordinado ao Governador do Estado, cabe, nos limites de sua competência, além de outras atribuições estabelecidas em Lei:

I – realizar os serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar;

II – estabelecer normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos;

III – analisar, previamente, os projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e de armazenagem, manipulação e transporte de produtos perigosos, acompanhar e fiscalizar sua execução, e impor sanções administrativas estabelecidas em Lei;

IV – realizar perícias de incêndio e de áreas sinistradas no limite de sua competência;

V – colaborar com os órgãos da defesa civil;

VI – exercer a polícia judiciária militar, nos termos de lei federal;

VII – estabelecer a prevenção balneária por salva-vidas;

VIII – prevenir acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial.

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (CBMMG):

Lei nº 54 de 13 de dezembro de 1999:

Art. 3º - Compete ao Corpo de Bombeiro Militar:

I – coordenar e executar as ações de defesa civil, proteção e socorrimto públicos, prevenção e combate a incêndio, perícias de incêndio e explosão em locais de sinistro, busca e salvamento;

II – atender a convocação, à mobilização do Governo Federal inclusive, em caso de guerra externa ou para prevenir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas de Corpo de Bombeiros Militar e como participante da defesa interna e territorial;

III – coordenar a elaboração de normas relativas à segurança das pessoas e dos seus bens contra incêndios e pânico e outras previstas em lei, no Estado;

IV – exercer a polícia judiciária militar, relativamente aos crimes militares praticados por seus integrantes ou contra a instituição Corpo de Bombeiros Militar, nos termos da legislação federal específica;

V – incentivar a criação de Bombeiros não militares e estipular as normas básicas de funcionamento e de padrão operacional;

VI – exercer a supervisão das atividades dos órgãos e das entidades civis que atuam em sua área de competência;

VII – aprimorar os recursos humanos, melhorar os recursos materiais e buscar novas técnicas e táticas que propiciem segurança à população.

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA):

Lei nº 5.731, de 15 de dezembro de 1992:

Art. 2º - Compete ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará realizar:

I – Planejar, coordenação e execução de atividade de Defesa Civil;

II – Serviço de prevenção e extinção de incêndios;

III – Serviços de busca e salvamento de pessoas e bens;

IV – Socorro de emergência;

V – Perícia de incêndios e explosões;

VI – Serviço de guarda-vidas em praia e balneários;

VII – Proteção e prevenção de acidentes e incêndios marítimos e fluviais;

VIII – Proteção e prevenção contra incêndios florestais;

IX – Atividades e pesquisas técnico-científico, com vistas à obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico;

X – Atividades de segurança contra incêndio e pânico com vistas à proteção de pessoas, dos bens públicos e privados, incluindo a proteção de locais, o transporte, o manuseio e a operação de produtos perigosos;

XI – Atividades de proteção contra incêndio, com vistas à proteção ambiental;

XII – Socorros nos casos de sinistro, calamidades públicas, catástrofes, sempre que haja ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminentes perigo de vida.

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE):

Lei nº 13.438, de 07 de janeiro de 2004:

Art.1º - O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE), órgão com competência para atuar:

- na defesa civil estadual e nas funções de proteção da incolumidade e do socorro das pessoas em caso de infortúnio ou de calamidade;

- exercer atividades de polícia administrativa para a prevenção e combate a incêndio, bem como de controle de edificações e seus projetos, visando a observância de requisitos técnicos contra incêndio e outros riscos;

- a proteção, busca e salvamento de pessoas e bens, atuar no socorro médico de emergência pré-hospitalar;

- de proteção e salvamento aquáticos;

- desenvolver pesquisas científicas em seu campo de atuação funcional e ações educativas de prevenção de incêndio, socorro de urgência, pânico coletivo e proteção ao meio ambiente, bem como ações de proteção e promoção do bem-estar da coletividade e dos direitos, garantias e liberdades do cidadão;
- estimular o respeito à cidadania, através de ações de natureza preventiva e educacional;
- manter intercâmbio sobre os assuntos de interesse de suas atribuições com órgãos congêneres de outras unidades da Federação, normatizar, controlar e fiscalizar a criação e extinção de brigadas de incêndio municipal, privadas e de voluntários e exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades, tem a sua organização básica definida nos termos desta Lei.

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF):

Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991:

Art. 1º O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, organizado com base na hierarquia e na disciplina, em conformidade com as disposições contidas no Estatuto dos Bombeiros Militares da Corporação, destina-se a realizar serviços específicos de bombeiros na área do Distrito Federal.

Art. 2º Compete ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal:

- I – realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios;
- II – realizar serviços de busca e salvamento;
- III – realizar perícias de incêndio relacionadas com sua competência;
- IV – prestar socorros nos casos de sinistros, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida;
- V – realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico;
- VI – realizar atividades de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à proteção das pessoas e dos bens públicos e privados;
- VII – executar atividades de prevenção aos incêndios florestais, com vistas à proteção ambiental;
- VIII – executar as atividades de defesa civil;
- IX – executar as ações de segurança pública que lhe forem cometidas por ato do Presidente da República, em caso de grave comprometimento da ordem pública e durante a vigência do estado de defesa, do estado de sítio e de intervenção no Distrito Federal.

Alguns Estados, conforme visto anteriormente, pelas suas características geográficas, sociais, políticas e econômicas desenvolvem atividades diferenciadas, porém, centradas nos mesmos fenômenos, que são os acidentes, sinistros e desastres.

Diante da análise das competências legais dos Corpos de Bombeiros estaduais, verifica-se que em sua maioria realizam serviços de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, o estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos

perigosos, atividade de perícias de incêndio e explosão, atendimento pré-hospitalar e ações de defesa civil.

O que se acentua em algumas instituições são atividades sociais, o incentivo aos serviços de bombeiro voluntário, a proteção ambiental - principalmente no Corpo de Bombeiros do Estado do Pará - e atividades marítimas nos estados que fazem parte da costa brasileira.

A seguir, serão apresentadas as principais atividades da corporação, como são executadas e suas peculiaridades.

2.4.1 Atividades de combate a incêndio

Para Souza (1992) o incêndio⁴ é o fogo que foge ao controle do homem destruindo vidas e o patrimônio.

Para se combater o incêndio, é necessário utilizar de várias técnicas associadas a táticas que possibilitam uma operação eficaz e eficiente. Essas técnicas são a retirada ou exclusão do combustível, abafamento e resfriamento.

O mesmo autor define que o estudo das técnicas e táticas de Combate a Incêndio é categorizado nas principais áreas, a saber: florestal, urbana, marítima, industrial, aeroportuária e petrolífera.

2.4.2 Atividades técnicas de prevenção

Entende-se como prevenção⁵ de Incêndios a série de medidas utilizadas para eliminar ou controlar os riscos de incêndios, suas causas, os meios de propagação e os fatores necessários para que eles ocorram.

⁴ Incêndio: **1** Ato ou efeito de incendiar. **2** Fogo que lava com intensidade. **3** Grande calor. **4** Conflagração. **5** Calamidade. **6** Entusiasmo. Dicionário Michaelis.

⁵ Prevenção: *sf (lat praeventionē)* **1** Ato ou efeito de prevenir ou de se prevenir. **2** Precaução para evitar qualquer mal; evitação, impedimento: *Prevenção de acidentes*. **3** Preconceito. **4** Aviso prévio. **5** *Mil* Serviço de prontidão. **6** *Ret obsol V antecipação, acepção 4, ou prolepse, acepção*. Dicionário Michaelis.

As cidades estão cada vez mais complexas e as estruturas das edificações estão seguindo essa evolução e complexidade, exigindo das organizações um trabalho focado em pesquisas para garantir a qualidade dos serviços.

Para isso, as corporações desenvolvem uma série de estudos na área de segurança contra incêndio e pânico que redundam em normas técnicas e legislações necessárias para evitar que o pior aconteça. Atualmente, é uma das áreas de atuação das corporações de bombeiro que mais se desenvolvem.

Uma frase bastante utilizada nas corporações de bombeiro pelas pessoas que trabalham nessa área é que se precisa “apagar o incêndio na prancheta”, ou seja, elaborar normas eficientes e eficazes que realmente evitem que o incêndio aconteça.

2.4.3 Atividades técnicas de investigação

Associada à prevenção e combate a incêndio, outra função desenvolvida pelos Copos de Bombeiros é a investigação de incêndios e explosões (perícia). Nessa atividade, são realizadas as análises laboratoriais relacionadas à investigação de incêndios e de explosões, resultando na emissão de conclusões técnicas sobre atividades preventivas, podendo ocasionar a mudança de técnicas operacionais e propostas e produtos do sistema de engenharia de segurança, conforme definem Campos e Conceição (2006).

2.4.4 Atividades de busca e salvamento

Para Ferreira Júnior e Souza (1992), salvar vidas é missão nobre, cuja origem está no próprio surgimento da espécie humana. Ao longo dos anos, o homem, movido pela solidariedade, esmerou-se em elaborar técnicas e métodos na intenção de proteger e salvar o seu semelhante. Sua incessante procura determinou o aprimoramento dos métodos de busca e salvamento.

O autor define que busca e salvamento podem ser feitos por via terrestre, aquática ou aérea, sendo que cada uma dessas formas requer conhecimentos técnicos específicos, perícia, habilidade, resistência física e tenacidade.

Para o mesmo autor o Salvamento é a modalidade de atuação executada por integrantes de grupamentos de busca e salvamento. O salvamento aquático visa a assistir e salvar embarcações, pessoas, bens e afins em perigo, no mar e em demais ambientes aquáticos; o salvamento aéreo realizado em altura utiliza diversas técnicas para retirada de vítimas confinadas em edificações, e o terrestre, utiliza técnicas em terra, vítimas presas em ferragens, soterramentos etc.

2.4.5 Atividade de atendimento Pré-hospitalar

Os Corpos de Bombeiros militares do Brasil realizam o atendimento pré-hospitalar⁶ associado às técnicas de primeiros socorros. Para Castro (1998), primeiros socorros “são medidas específicas de socorro imediato a uma vítima, executadas por pessoal adestrado, enquanto se aguarda a chegada do médico ou equipe especializada que o conduza ao hospital”.

Essa atividade é caracterizada por ser realizada fora do ambiente tradicional de atendimento à saúde, quando os bombeiros se deslocam para o local onde o paciente necessita de cuidados considerados urgentes e empregam as diversas técnicas de primeiros socorros para o caso em questão.

A organização atende casos de trauma e casos clínicos. O atendimento de trauma são aqueles nos quais há uma lesão a órgãos e tecidos do indivíduo por um fator externo a ele, por exemplo, um acidente de trânsito, a ingestão acidental de veneno, a perfuração por objetos cortantes, etc. Já os casos clínicos referem-se geralmente a doenças e fraturas leves.

Quem realiza esse tipo de atendimento nas corporações é denominado socorrista. Na definição do Manual de atendimento Pré-hospitalar do CBMDF, escrito

⁶ Atendimento Pré-hospitalar: atividade médica desenvolvida pelo escalão Pré-hospitalar. Escalão sanitário constituído por todas as unidades e instalações móveis ou fixas de saúde, que atuam em condições de emergência, antes do ingresso do paciente no hospital. **Glossário de Defesa Civil**. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/glossario.asp>>. Acesso em 23 ago. 2008.

por Rasia, Barros e Marcelino (2007), o socorrista é a pessoa tecnicamente capacitada e habilitada para, com segurança, avaliar e identificar problemas que comprometam a vida. Cabe ao socorrista prestar o adequado socorro Pré-hospitalar e transportar o paciente sem agravar as lesões já existentes.

As principais atribuições inerentes à função do socorrista são:

- a) ter conhecimento técnico e capacidade para oferecer o atendimento necessário;
- b) aprender a controlar suas emoções;
- c) ser paciente com as ações anormais ou exageradas daqueles que estão sob situação de estresse;
- d) ter capacidade de liderança para dar segurança e conforto ao paciente.

Os socorristas no local da emergência cumprem as seguintes atividades:

- a) utilizar os equipamentos de proteção individual (EPIs);
- b) controlar o local do acidente de modo a proteger a si mesmo, sua equipe, o paciente e prevenir outros acidentes;
- c) obter acesso seguro ao paciente e utilizar os equipamentos necessários para a situação;
- d) identificar os problemas utilizando-se das informações obtidas no local e na avaliação do paciente;
- e) proporcionar assistência de acordo com seu treinamento;
- f) decidir quando a situação exige a mobilização ou mudança da posição ou local do paciente (os procedimentos devem ser realizados com técnicas que evitem ou minimizem os riscos de lesões adicionais);
- g) solicitar, se necessário, auxílio de terceiros presentes no local da emergência e coordenar as atividades.

2.4.6 Atividades de Defesa Civil

Castro (1998), define que a atividade de Defesa Civil é o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou

minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

Visa prestar socorros nos casos de sinistros, calamidades públicas, catástrofes, sempre que haja ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoa em iminente perigo de vida.

Os Corpos de Bombeiros são os órgãos de execução das ações preventivas e de socorro nas fases da Defesa Civil, quando presta as ações de busca e salvamento, combate a incêndio e outros.

2.5 AS COMPETÊNCIAS PARA SER UM PROFISSIONAL BOMBEIRO MILITAR

O Corpo de Bombeiros ou qualquer outra organização humana existe em função de uma missão, a qual é a razão da sua existência. Traduzir esta missão nos serviços diários prestados à sociedade exige profissionais dotados de competências variadas.

Para desempenhar as atividades relacionadas com a missão prevista em lei, o profissional BM precisa ser dotado de conhecimentos, habilidades e atitudes que irão prepará-lo para a vida e para o trabalho.

A seguir passa-se a entender o que vem a ser competência.

2.5.1 Conceito de competência

O que caracteriza a competência para Roegiers e De Ketele (2004, p. 44), é o fato de ela mobilizar diferentes capacidades e conteúdos diversos. Essa mobilização deve ser feita na prática. Outra afirmação do autor é que para ser competente é preciso ser capaz de integrar um conjunto de coisas que se aprende, como no exemplo apresentado a seguir:

Ser competente para aplicar uma injeção não é apenas localizar a veia e injetar o medicamento no lugar certo, mas é também verificar se não houve

erro de produto e também perceber se a pessoa não necessita ser tranqüilizada, é perguntar ao paciente algumas novidades sobre sua saúde, saber de sua família, é lhe perguntar se precisa de alguma outra coisa, etc.

Para ser competente para desenvolver atividades de combate a incêndio é preciso analisar o contexto da atividade e tudo o que resultar dela, tais como as pessoas que de uma forma ou de outra foram afetadas.

Seguindo essa idéia, a competência deve ser um conceito integrador, no sentido de que considera ao mesmo tempo os conteúdos, as atividades a serem exercidas e situações nas quais se exercem as atividades.

Para Roegiers e De Ketele (2004), a competência é a possibilidade que tem um indivíduo, de se mobilizar, de maneira interiorizada, um conjunto integrado de recursos com vistas a resolver uma família de situações-problema.

Para os autores, a competência é um conjunto ordenado de capacidades (atividades) que são exercidas sobre os conteúdos em uma determinada categoria de situações para resolver problemas apresentados por estas.

A competência pode ser sintetizada na ótica de McClelland e Dailey (1972 apud KILIMNIK; SANT'ANNA, 2006, p. 90), como o conjunto de características individuais observáveis, como conhecimentos, habilidades, objetivos e valores capazes de predizer e/ou causar um desempenho efetivo ou superior no trabalho ou em outras situações da vida.

Sob a perspectiva do desempenho humano no trabalho, a competência é definida em organizacional e individual. A competência individual de acordo com o pensamento de Guimarães, Bruno-Faria e Brandão (2006, p. 218), é uma série de combinações sinérgicas de conhecimentos, habilidades e atitudes, expressas pelo desempenho profissional, em determinado contexto ou estratégia organizacional. Dessa forma, a competência individual resulta da mobilização, por parte do indivíduo, de uma combinação de recursos ou dimensões interdependentes (conhecimentos, habilidades e atitudes) e da aplicação desses recursos no trabalho.

Para exemplificar apresenta-se a seguir os conceitos relacionados à tríade da competência, denominada Conhecimento, Habilidades e Atitudes (CHAs), segundo o pensamento de Durand (2000 apud GUIMARÃES; BRUNO-FARIA; BRANDÃO, 2006, p. 218).

O conhecimento corresponde a uma série de informações assimiladas e estruturadas pelo indivíduo dentro de um esquema preexistente que exercem sobre o julgamento ou comportamento.

A habilidade geralmente diz respeito à capacidade de fazer uso produtivo do conhecimento, ou seja, de instaurar conhecimentos e utilizá-los em uma ação.

A atitude por sua vez, refere-se a aspectos sociais e afetivos relacionados ao trabalho. Tal conceito diz respeito à predisposição do indivíduo em relação ao trabalho, a objetos ou a situações.

Segundo o pensamento do autor acima citado, o desenvolvimento de competências, por sua vez, dá-se por meio da aprendizagem, seja individual ou coletiva, envolvendo a aquisição de CHAs relevantes aos propósitos organizacionais.

Carbone e colaboradores (2005 apud GUIMARÃES; BRUNO-FARIA; BRANDÃO, 2006, p. 220), defendem que o desenho das competências na formulação de ações de treinamento, devem descrever os comportamentos desejados, os quais constituirão os objetivos instrucionais do treinamento, bem como os CHAs correspondentes, que constituirão os conteúdos a serem ministrados.

Le Bortef (1972 apud KILIMNIK; SANT'ANNA, 2006, p. 91), como outros autores, enfatiza que os elementos definidores da competência se apóiam na tríade saberes, saber fazer e saber ser. E para que o desempenho seja eficaz as pessoas precisam saber fazer e querer fazer a tarefa de acordo com certo padrão.

A figura a seguir apresenta as condições necessárias ao desempenho competente, seguindo a tríade dos saberes.

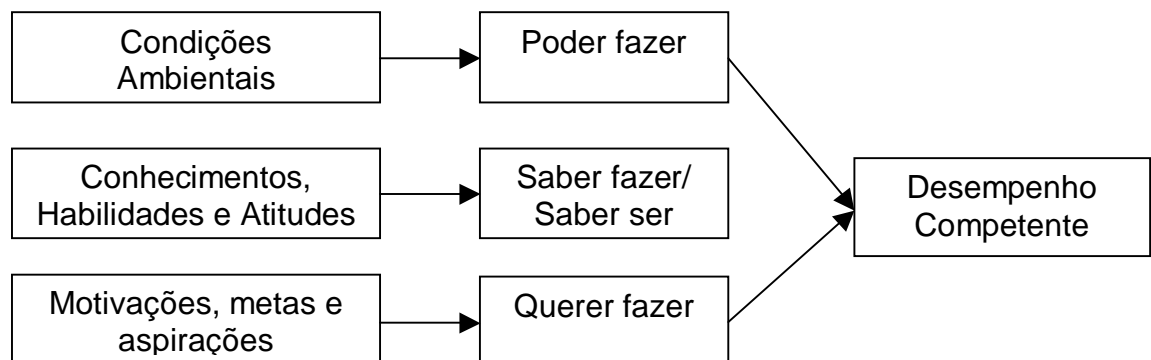


Figura 3 – Condições necessárias ao desempenho competente

Fonte: Abbad e Borges-Andrade (2004 apud Abbad, Freitas Pilati 2006, p. 239)

Para demonstrar que as instituições de Segurança Pública estão focadas em definir as suas competências e orientar a construção de seus currículos, será apresentado um relato de um profissional da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, encarregado de estabelecer um mapeamento de competência para aquela instituição.

Trabalhar com Mapeamento e o conceito de competências tem sido uma experiência muito interessante, mas acho que a maior contribuição que eu poderia dar nesse momento diz respeito à metodologia utilizada.

Mesmo que possamos falar em competências comuns, penso que é interessante que cada instituição desenvolva seu próprio mapeamento, pois há que se levar em conta todo um ambiente institucional. Os momentos mais interessantes dessa pesquisa foram aqueles em que conseguimos colocar toda a PMMG discutindo e se posicionando acerca de qual profissional ela deseja. (PMMG, 2006, p. s/n)

Para ampliar o entendimento sobre competências, seguindo a linha dos autores acima, será descrito o mapa de competências para a área de Segurança Pública desenvolvido pela SENASP.

2.5.2 O mapa de competências das atividades de Segurança Pública

A MCN foi elaborada seguindo as competências necessárias para o exercício das atividades na área de Segurança Pública. Nesse contexto - e analisando o documento em referência MCN-SENASP (2008) - a Matriz trata de três conjuntos de competências, que são:

- **Competências Cognitivas:** são competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Habilita o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações.
- **Competências Operativas:** são as competências que prevêm a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.
- **Competências Atitudinais:** são competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais; conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo. Capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.

Para orientar as ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública e apoiar o desenvolvimento curricular da área, foi elaborado pelo grupo de

profissionais da SENASP, um mapa de competências, que será apresentado a seguir:

Competências Cognitivas	Competências Operativas	Competências Atitudinais
<p>-Analisar dados estatísticos que possibilitem compreender os cenários da realidade brasileira em relação à criminalidade, a violência e a necessidade da prevenção;</p> <p>-Descrever o sistema de Segurança Pública;</p> <p>-Compreender a necessidade de uma gestão integrada e comunitária do sistema de segurança pública;</p> <p>-Descrever o papel da instituição a que pertence dentro do sistema de segurança pública;</p> <p>-Estabelecer um panorama geral sobre o sistema jurídico vigente no país, essencialmente no que é pertinente aos ramos do direito aplicáveis à atuação do profissional de segurança pública;</p> <p>-Relacionar a utilização da força e da arma de fogo aos princípios de legalidade, necessidade e proporcionalidade.</p>	<p>-Proteger pessoas;</p> <p>-Demonstrar segurança;</p> <p>-Manusear armas não-letais e letais;</p> <p>-Dominar técnicas de abordagem;</p> <p>-Dominar técnicas de autodefesa;</p> <p>-Dominar técnicas de primeiros socorros;</p> <p>-Dominar técnicas de negociação, resolução de conflitos e incidentes;</p> <p>-Transmitir mensagens via rádio;</p> <p>-Selecionar equipamento de acordo com o tipo de ocorrência;</p> <p>-Usar equipamento de proteção individual;</p> <p>-Manejar equipamentos com eficácia;</p> <p>-Praticar exercícios físicos;</p> <p>-Relacionar-se com a comunidade;</p> <p>-Prestar serviços assistenciais à comunidade;</p> <p>-Trabalhar em equipe e múltiplas equipes ao mesmo tempo;</p> <p>-Levantar informações sobre o local da ocorrência;</p> <p>-Isolar local de crime;</p> <p>-Prever socorro de vítimas;</p> <p>-Obter ou captar informações sobre a ocorrência;</p> <p>-Entrevistar pessoas;</p> <p>-Arrolar testemunhas;</p> <p>-Conduzir à autoridade policial as partes envolvidas no crime;</p> <p>-Elaborar documentos pertinentes à ocorrência;</p> <p>-Elaborar relatórios;</p>	<p>-Demonstrar controle emocional;</p> <p>-Manter-se atualizado;</p> <p>-Manter ética profissional;</p> <p>-Cumprir normas e regulamentos internos;</p> <p>-Agir com civilidade e respeito;</p> <p>-Demonstrar desenvoltura;</p> <p>-Demonstrar criatividade;</p> <p>-Demonstrar paciência;</p> <p>-Demonstrar perspicácia;</p> <p>-Demonstrar capacidade para lidar com a complexidade das situações, o risco e a incerteza;</p> <p>-Demonstrar disciplina;</p> <p>-Demonstrar resistência à fadiga física;</p> <p>-Manter boa apresentação;</p> <p>-Manter condicionamento físico;</p> <p>-Demonstrar firmeza de caráter;</p> <p>-Agir com bom senso;</p> <p>-Agir discretamente;</p> <p>-Agir com iniciativa;</p> <p>-Agir com imparcialidade.</p>

Continua...

Conclusão...

Competências Cognitivas	Competências Operativas	Competências Atitudinais
	-Cumprir determinações judiciais; -Produzir estatística; -Tipificar as condutas delituosas.	

Quadro 2 – Competências Cognitivas, Operativas e Atitudinais para o profissional de Segurança Pública
 Fonte: MCN-SENASP (2008)

Para dar sentido ao estudo das competências específicas para Bombeiros Militares, serão estudadas algumas tarefas e competências construídas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima (CBMRR), Distrito Federal e as competências encontradas na classificação Brasileira de Ocupações.

2.5.3 Os conhecimentos, as habilidades e atitudes do Bombeiro Militar

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do ano de 2002, elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, estabeleceu as características ocupacionais dos Corpos de Bombeiros Militares, nos diversos níveis hierárquicos (soldado, cabo, sargento, subtenente, segundo tenente, primeiro tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel).

Para o nível de soldado, foco do presente estudo, a descrição sumária da atividade é a seguinte:

- realizam resgates e salvamentos, combatem incêndios, previnem acidentes e sinistros, preparam-se para ocorrências, atendem ocorrências com produtos perigosos, trabalham conforme normas e procedimentos técnicos, de segurança e preservação do meio ambiente, estabelecem comunicação, triando e transmitindo informações, transmitindo e recebendo mensagens.

Em relação às condições gerais de trabalho do Bombeiro, a CBO (2002), define que pode trabalhar em locais fechados, abertos ou em veículos, em períodos diurnos, noturnos e em plantões. O exercício do trabalho pode ser presencial ou a

distância, sendo organizados em equipes de trabalho cooperativo, permanecem em posições desconfortáveis por longos períodos, ao trabalho em locais subterrâneos, confinados ou em grandes alturas e expostos a materiais tóxicos, ruídos e altas temperaturas, o que pode ocasionar estresse.

As Competências pessoais do Bombeiro que a CBO (2002) apresenta são as seguintes:

- demonstrar controle emocional, demonstrar coragem, demonstrar desenvoltura, demonstrar segurança, trabalhar em equipe, reciclar-se, improvisar ações em situações de emergência, conduzir veículos (viaturas, motos e embarcações), participar de seminários, delegar atribuições, substituir superior imediato.

Ao pesquisar sobre competências de bombeiros este autor também identificou que o CBMRR definiu os saberes necessários para a definição do currículo de formação do curso de soldados.

Aquela Instituição apresenta as competências na forma dos saberes, diferente do mapa de competências apresentado pela SENASP, que definiu o conhecimento como competência cognitiva, as habilidades como competência operativa e a coluna das atitudes como competência atitudinal.

As competências apresentadas pelo CBMRR extraídas do Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Soldados estão organizadas no que o bombeiro deve saber (competência cognitiva), no que deve saber fazer (competência operativa) e no que deve querer fazer (competência atitudinal).

O bombeiro profissional DEVE SABER	O bombeiro profissional deve SABER FAZER	O bombeiro profissional deve QUERER FAZER
<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentos internos. - Fundamentos sobre o fogo. - Fundamentos de hidráulica. - Noções sobre construção civil - estrutura, compartimentação e acessibilidade de edificações e de outras estruturas. - Fundamentos de eletricidade. - Normas de proteção e segurança individual. - Educação física e desportos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar os regulamentos internos do Corpo de Bombeiros. - Identificar tipos, características e utilização dos diferentes EPIs. - Identificar tipos, características e utilização dos diferentes equipamentos de combate a incêndios e de salvamento. - Utilizar as técnicas de sistemas de comunicação. - Utilizar as técnicas de combate a incêndios florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interagir com seus companheiros no trabalho de equipe. - Adotar uma conduta de estabilidade emocional e de resistência ao "stress". - Adotar uma conduta adequada no cumprimento das normas de segurança. - Habituar-se a diferentes contextos de desempenho dentro da Corporação. - Promover decisões assertivas em situações de emergência.

Continua...

Conclusão...

O bombeiro profissional DEVE SABER	O bombeiro profissional deve SABER FAZER	O bombeiro profissional deve QUERER FAZER
<ul style="list-style-type: none"> - Fundamentos sobre veículos e equipamentos de combate a sinistros e de salvamento. - Sistemas de comunicação. - Processos de combate a incêndios florestais. - Processos de combate a incêndios urbanos. - Processos de combate a incêndios em aeródromos. - Noções de ventilação tática. - Noções sobre as redes de água. - Normas de utilização de agentes extintores. - Processos de desencarceramento e resgate de pessoas e captura de animais. - Socorros de urgência. - Atendimentos em emergência pré-hospitalar. - Sistemas e equipamentos de prevenção e segurança. - Desobstrução de vias. - Fundamentos sobre produtos perigosos e seus efeitos. - Guardas de honra e desfiles. - Ações de prevenção. - Noções nos atendimentos em salvamentos aquáticos, terrestres e em altura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar as técnicas de combate a incêndios urbanos. - Utilizar as técnicas de combate a incêndios em aeródromos. - Utilizar as técnicas de ventilação tática. - Identificar tipos, características e utilização dos diferentes agentes extintores. - Identificar características e funcionamento de redes de água. - Utilizar técnicas de desencarceramento e salvamento de pessoas e captura de animais. - Aplicar técnicas de socorros de urgência. - Aplicar técnicas em atendimento pré-hospitalar - Utilizar técnicas de inspeção em equipamentos de prevenção e segurança. - Utilizar processos de desobstrução de vias. - Utilizar técnicas de intervenção em acidentes com produtos perigosos. - Aplicar normas em formaturas e guardas de honra. - Utilizar técnicas de simulação de acidentes em ações de prevenção. - Utilizar técnicas nas ocorrências de salvamentos aquáticos, terrestre e altura. 	

Quadro 3 – Competências para a formação do BM do Estado de Roraima

Fonte: Projeto Político Pedagógico do Curso de Formação de Soldados do CBMRR

O Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida (LABPAM) da Universidade de Brasília elaborou a profissiografia dos soldados Bombeiros Militares do CBMDF. No estudo foram identificadas 41 tarefas específicas para serem desenvolvidas na função de Bombeiro. As tarefas são as seguintes:

- realizar Combate a Incêndio e prevenir Incêndios Florestais;
- combater Incêndios Florestais;
- realizar Salvamento (terrestre, aquático e em altura)
- atender ocorrências em acidentes automobilísticos;
- resgatar vítimas e bens materiais em incêndios;
- atender ocorrências com produtos perigosos (gás de cozinha, radioativo, gases tóxicos)
- atender ocorrências de pessoas presas em elevadores;
- realizar aferição de pressão, batimentos cardíacos em área de lazer;
- realizar busca de pessoas soterradas;
- realizar busca de pessoas desaparecidas;
- realizar atendimento de pessoas em iminência de praticar suicídio;
- realizar serviços de salva-vidas;
- fazer retirada de cadáveres;
- realizar prevenção de acidentes em eventos;
- realizar prevenção em atividades desportivas;
- auxiliar na execução de instrução;
- cortar árvores;
- realizar atendimento pré-hospitalar;
- realizar capturas de animais;
- participar de treinamento técnico-profissional;
- realizar resgate de animais;
- realizar extermínio de insetos;
- realizar busca em estruturas colapsadas;
- realizar esgotamento de ambientes inundados;
- realizar serviço de guarda e segurança nas unidades e escolta;
- participar de atividades cívico-militares;
- realizar serviços de informática;
- fazer transporte de documentos internos e externos;
- redigir documentos oficiais;
- realizar manutenção de materiais de salvamento;
- conferir materiais de socorro;

- realizar limpeza e assepsia em viaturas administrativas e operacionais;
- realizar serviços gerais;
- realizar serviço de rádio-operação;
- atender solicitação do público externo via telefone;
- realizar controle de trânsito na falta do órgão competente;
- participação de projetos sociais;
- participar de atividade física;
- ministrar palestra para a comunidade.

Para consolidar o estudo das competências de Bombeiro verifica-se que o CBMDF também define as competências para dar suporte a estruturação do currículo.

No currículo do Curso de Formação de Soldados do CBMDF, verifica-se que para a construção das disciplinas foi elaborada a análise ocupacional da função de soldado BM, onde se define 38 tarefas que orientam a composição do currículo.

As principais tarefas que o soldado do CBMDF necessita desempenhar com sua frequência de execução e o grau de complexidade são as seguintes:

Tarefas	Frequência de Execução	Grau de Complexidade
Receber comunicação de ocorrências da comunidade	Constante	Médio
Operar rádio de comunicação	Constante	Médio
Conduzir viaturas	Constante	Médio
Combater incêndio em área florestal	Constante	Baixo
Efetuar o alargamento do aceiro em áreas de preservação ambiental	Esporádica	Baixo
Combater incêndio em área urbana	Constante	Alto
Resgatar vítimas de incêndio	Constante	Alto
Prestar atendimento pré-hospitalar a vítimas de queimaduras	Constante	Alto
Atender ocorrências sobre pessoas desaparecidas em cavernas, matas fechadas, montanhas etc.	Esporádica	Alto
Realizar resgate por meio de helicóptero	Esporádica	Alto
Atender ocorrências de acidente automobilístico	Constante	Alto
Realizar atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes automobilísticos	Constante	Alto
Realizar busca de pessoas soterradas	Esporádica	Alto
Realizar atendimento pré-hospitalar a vítimas de soterramento	Esporádica	Alto
Atuar como salva vidas em áreas de lazer	Constante	Alto
Realizar fiscalização de embarcações no lago Paranoá	Esporádica	Médio
Realizar busca de cadáveres e objetos submersos em águas profundas	Esporádica	Alto

Continua...

Tarefas	Conclusão...	
	Frequência de Execução	Grau de Complexidade
Realizar busca de cadáveres e objetos submersos em águas profundas	Esporádica	Alto
Realizar acompanhamento de atletas em competições náuticas	Esporádica	Médio
Adestrar cães	Constante	Médio
Realizar busca de pessoas desaparecidas, com auxílio de cães		
Recolher, animais em logradouros públicos	Esporádica	Médio
Resgatar animais vítimas de acidentes	Esporádica	Médio
Efetuar a captura de insetos e animais peçonhentos em residências e logradouros públicos	Esporádica	Baixo
Atender ocorrências sobre pessoas presas em elevadores	Esporádica	Alto
Atender ocorrências quando do vazamento de gases de cozinha	Esporádica	Médio
Realizar poda e corte de árvores	Esporádica	Baixo
Atender ocorrências quando de inundações em estabelecimentos públicos e privados	Esporádica	Médio
Realizar atendimento de pessoas em iminência de praticar suicídio	Esporádica	Alto
Realizar vistoria em hidrantes	Esporádica	Médio
Realizar vistoria em equipamentos de combate a incêndio	Esporádica	Baixo
Realizar atendimento pré hospitalar a gestantes	Constante	Alto
Realizar atendimento pré hospitalar a pacientes em quadro convulsivo	Esporádica	Alto
Realizar atendimento pré-hospitalar a pacientes com cardiopatias	Constante	Alto
Conduzir pacientes psiquiátricos ao hospital especializado	Constante	Alto
Realizar aferição de pressão, batimentos cardíacos, glicose e nível de colesterol nos freqüentadores de áreas de lazer	Esporádica	Médio
Identificar Bombeiros Militares e visitantes nas diversas unidades do CBMDF	Constante	Baixo
Realizar vigilância nas diversas Unidades do CBMDF	Constante	Médio
Realizar escolta de Bombeiros Militares envolvidos em delitos	Esporádica	Médio

Quadro 4 – Tarefas do soldado BM do Distrito Federal

Fonte: Currículo do Curso de Formação de Soldados do CBMDF (2000)

Após estudar as competências específicas para as atividades desenvolvidas por Bombeiros Militares, inicia-se a fase de identificar como essas competências estão estruturadas nos currículos de Bombeiro.

2.6 OS CONHECIMENTOS CONTIDOS NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES

Neste item serão estudadas as diversas teorias sobre currículos e a forma

como são definidos e construídos os currículos por competência. O currículo por competência é a forma como a MCN orienta a construção dos diversos currículos das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública do País. A partir daí será estudada a malha Curricular para as Ações Formativas da Área de Segurança Pública e os currículos dos Cursos de Formação de Soldados dos Corpos de Bombeiros Militares de cinco estados da federação selecionados, levando-se em consideração as características das cinco regiões do País.

2.6.1 Concepções sobre currículo

A MCN-SENASP (2008), aponta para o conceito de currículo que vai além de simples listagem de conteúdos. Traz a perspectiva de um currículo não-linear, construído a partir dos seguintes princípios:

- a) o currículo deve ensinar a prática da interdisciplinaridade. É preciso desenvolver um trabalho que articule os conteúdos das diversas áreas de estudo em torno de questões centrais;
- b) o currículo deve ter a pesquisa como princípio cognitivo e instrumentalizado do trabalho docente;
- c) o currículo deve promover a indissociabilidade entre teoria e prática.

Para Johnson (1967 apud PEDRA, 1999, p. 31), o currículo é uma série estruturada de resultados buscados na aprendizagem.

Já para Kearney e Cook (1969 apud PEDRA, 1999, p. 31), currículo são todas as expressões que os estudantes desenvolvem sob a tutela da escola.

Stenhouse (1995 apud PEDRA, 1999, p. 31), define currículo como um intento de comunicar os princípios essenciais de uma proposta educativa de tal forma que fique aberta ao exame crítico e possa ser traduzida efetivamente para a prática.

Para Fazenda (2005), os currículos organizados pelas disciplinas tradicionais conduzem o aluno apenas a um acúmulo de informações, que de pouco ou nada valerão na sua vida profissional porque o desenvolvimento tecnológico atual

é de ordem tão variada que fica impossível processar-se com a velocidade adequada a esperada sistematização que a escola requer.

Já para Pedra (1999, p. 16), o currículo não se restringe à reprodução de conhecimentos e destrezas para a produção; ele reproduz, ou melhor, dá abrigo a um conjunto de representações que dizem respeito não apenas ao mundo da produção, mas também às variadas relações que os homens mantêm entre si e com seu meio.

O mesmo autor defende a idéia de que currículo é um termo polissêmico, ou seja, de vários significados. Os vários termos atribuídos ao currículo não descrevem realidades diferentes, apenas informam sobre a interpretação que determinado autor ou escola teórica lhe deu. As ênfases serão variadas: o conteúdo, a experiência, as atividades ou a própria organização curricular, mas a realidade descrita não se modifica.

Toffler (1970, p. 328), quando descreve como devem ser os currículos, na perspectiva de futuro, afirma:

Currículos devem ao invés de assumir que cada assunto ensinado hoje é ensinado por determinada razão, deveriam começar a partir da premissa inversa: nada deveria ser incluído num currículo exigido a não ser que pudesse ser fortemente justificado em termos do futuro. Se isto significar a retirada de uma parte substancial do currículo formal, que assim seja. O atual currículo, com sua divisão em compartimentos estanques, não se baseia em nenhuma concepção bem refletida sobre as necessidades humanas contemporâneas. Baseia-se ainda menos em alguma observação do futuro, alguma compreensão de que técnicas um menino precisará para viver no olho do furacão das mudanças. Ele se baseia na inércia e num desacordo infernal entre associações acadêmicas, cada qual tentando aumentar seu orçamento, seus níveis salariais e seu status.

O autor defende que ao mesmo tempo em que pode ser importante preservar aspectos do currículo atual e introduzir mudanças, gradualmente, precisa-se de mais do que tentativas casuais de modernização. Precisa-se de um enfoque sistemático do problema integral.

Acredita-se como Toffler (1970, p. 335), que o currículo de amanhã deve, portanto, incluir não apenas uma variedade extremamente ampla de cursos orientados para o fornecimento de dados, mas também uma grande ênfase em técnicas de comportamento relevantes para futuro. Deverá combinar uma variedade de conteúdos factuais com um treinamento universal naquilo que poderia ser chamado de “*know-how da vida*”.

Para Hernández e Ventura (1998, p. 38), o desenvolvimento do currículo se concebe não linearmente e por disciplinas, mas pelas interações e em espiral. Nessa interpretação o importante no planejamento de um currículo é captar a estrutura fundamental das matérias para depois ir desenvolvendo-a em seus diferentes níveis de complexidade. Desta lógica, busca-se as inter-relações entre diferentes fontes e problemas que pretendem conectar-se em espiral em torno de estruturas de conhecimento.

A MCN é um exemplo claro da estrutura em espiral, pois apresenta eixos articuladores e áreas temáticas que se conectam e promovem inter-relações para a construção do conhecimento reflexivo, substituindo o sentido das disciplinas de forma linear.

O grande desafio quando se trata do termo currículo é sair da concepção do pensar de forma fragmentária dentro das matérias e iniciar um pensamento da lógica do currículo total, global, para que se possa construir algum esquema completo.

Como pensam Perrenoud et al. (2002), o termo “currículo” não significa simplesmente o conjunto das disciplinas de um curso, ou o conjunto de conteúdos programáticos, mas abrange também a expressão de princípios e metas do projeto educativo que deve ser flexível, possibilitando a promoção de debates e a re-elaboração em sala de aula, a partir da interação entre os sujeitos que compõem o referido processo.

Além dessas importantes contribuições, seguindo essa mesma linha de raciocínio, Moraes (1997), afirma que o currículo não é um pacote fechado, mas algo construído, que emerge da ação do sujeito em interação com os outros, com o meio ambiente, constituindo um currículo em ação. Um currículo em ação é flexível, respeita a capacidade do indivíduo de planejar, criar e recriar conhecimento, ou seja, sua ação concreta. É algo que, mesmo levando em consideração planos e objetivos existentes, sabe *a priori* das possibilidades de alterá-los com base na ação individual e coletiva. Está sempre em processo, em um diálogo transformador, baseado nas peculiaridades das situações locais.

Explica, ainda, que um currículo que leve em consideração a interdisciplinaridade ao reconhecer a relação existente entre os conteúdos disciplinares e as relações culturais, em que as coisas se interpenetram na Matriz Curricular gerada no próprio processo educacional, baseada nas transações

realizadas com as peculiaridades locais. A observância das relações culturais é que permite a construção de um currículo contextualizado, datado, enraizado no local, na história de cada um e de cada comunidade.

A importância da linha de pensamento da autora é fortalecer que um currículo, ou malha curricular, precisa ser pensado de acordo com a cultura, os valores e crenças da organização a que será aplicado.

Papert (1986 apud MORAES, 1997, p. 180) propõe um ensino sem currículo, o que para ele, não significaria salas de aula completamente livres, nem deixar que o aluno fique por conta própria, mas, sim, dar todo apoio a ele enquanto constroem suas estruturas intelectuais com materiais obtidos na cultura que os circunda. O autor propõe uma agenda centrada no aprendiz e não no currículo.

O que está em questão é a ênfase a ser dada ao aluno e não nos modelos formais e tradicionais que nessa relação é predominante na maioria das construções da área.

Outra linha de pensamento é apresentada por Morin (1995 apud ASSMANN; SUNG, 2000, p. 84), e defende que as mentes formadas pelas disciplinas perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes, do mesmo modo que para integrá-los em seus conjuntos naturais. O enfraquecimento da percepção do global conduz ao enfraquecimento da responsabilidade (cada qual tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada), assim como ao enfraquecimento da solidariedade (cada qual não mais sente os vínculos com seus concidadãos).

Currículo, na visão de Dutra (2003, p. 50), é a relação de conhecimento sistematizado pela escola e transmitido ao educando. Assim, pode-se estender e dizer que currículo é a relação de conhecimento possuído pela sociedade, que sistematizado pela escola, é transmitido ao educando para que construa o seu próprio conhecimento com o intuito de construir, edificar e manter em funcionamento os sistemas de saber instituídos.

Sintetizando as várias idéias dos autores expostas, pode-se definir que a construção do currículo precisa ser pensada no sentido de reconstruir, edificar, o conhecimento, levando em consideração a cultura, as crenças e valores instituídos. Ressalta-se a importância de que essa relação de conhecimento seja estabelecida no local, na história de cada um e de cada comunidade.

Outra concepção interessante no estudo sobre currículo é a proposta de um currículo integrador defendida por Roegiers e De Ketele (2004, p. 71). O conceito

de currículo integrador vai além da dimensão “integração das disciplinas” (interdisciplinaridade). Tal conceito considera o conjunto das dimensões pelas quais o aprendiz pode tecer uma diversidade de vínculos com suas aquisições, com vistas a permitir uma mobilização efetiva destas: integração situacional, integração teoria prática, integração didática, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade.

O que fica evidenciado é que a organização curricular de um curso é, sem dúvida, tarefa vasta e complexa, pois envolve a consideração de múltiplos aspectos e interesses, que deverão ser levados em consideração para se estabelecer essa relação.

Não obstante as definições expostas acima, para dar entendimento ao contexto de currículo pensado na concepção da MCN é que se desenvolve o tópico a seguir.

2.6.2 Currículo por competência

A Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) definiu quatro pilares que norteiam a educação mundial para o século. Os pilares foram pensados no ano de 1996 e têm papel preponderante no desenvolvimento humano, devendo ser perseguido ao longo de toda a vida.

Assmann e Sung (2000) apresentam os quatro pilares da educação mundial, definidos pela UNESCO:

- a) aprender a aprender – priorizar as experiências de aprendizagem;
- b) aprender a fazer - ênfase nas competências e habilidades;
- c) aprender a viver juntos – juntar competência e solidariedade;
- d) aprender a ser – realizar-se como indivíduo e ser social.

Esses pilares reforçam e orientam a discussão sobre o estudo das competências nas ações educacionais de forma global.

A idéia de Perrenoud (1999 apud COSTA, 2005, p. 53), ao defender um ensino voltado para a construção de competências, questiona se não estaria no momento de substituir a reflexão especulativa e idealista que preside a elaboração

dos currículos escolares por uma transposição didática apoiada em uma análise prospectiva e realista das situações da vida.

O ensino em Segurança Pública, de acordo com MCN-SENASP (2008), define que para formar um profissional que atue frente às novas demandas da sociedade moderna, precisa focar as suas ações em aspectos que propiciem o desenvolvimento das competências para uma atuação eficiente e eficaz.

Kelly (1981, p. 6), já traz uma perspectiva do currículo por competência quando o define:

O currículo é o oferecimento de conhecimento, habilidades e atitudes socialmente valorizados e postos à disposição dos estudantes, através de uma variedade de arranjos, durante o tempo que estão na escola, na faculdade ou na universidade.

A competência para realizar determinada atividade perpassa pela obrigatoriedade de se adquirir o conhecimento, as habilidades e as atitudes necessárias para tal, formando uma tríade, que sem um desses pilares a competência não se estabelece.

Os currículos por competências, na visão de Perrenoud (1999 apud COSTA, 2005, p. 53), devem construir uma relação com o saber menos pautada em uma hierarquia baseada no saber erudito descontextualizado, visto que os conhecimentos sempre se ancoram, em última análise, na ação.

Seguindo a linha de pensamento acima, Costa (2005) apresenta a noção de competência, enquanto princípio de organização curricular, e insiste na atribuição do “valor de uso” de cada conhecimento. Os conteúdos escolares desvinculados das práticas sociais são tratados como “sem sentido pleno” e os currículos não devem mais definir os conhecimentos a serem ensinados, mas sim as competências que devem ser construídas. Em um currículo voltado para a construção de competências, o que importa não é a transmissão do conhecimento acumulado, mas sim a virtualização de uma ação, a capacidade de recorrer ao que se sabe para realizar o que se deseja, o que se projeta.

As atividades em Segurança Pública estão pautadas nas ações desenvolvidas pelos seus operadores, que naturalmente refletem o sucesso ou fracasso da área. Para tanto, torna-se importante a construção de uma proposta curricular pautada em ensinar conhecimentos úteis à ação, conforme defendem os autores acima.

A MCN foi elaborada estudando as competências necessárias para o exercício das atividades dos operadores em Segurança Pública e foca suas ações em buscar estudar a competência como pano de fundo para estruturar os currículos da área.

A noção de competência surge na visão de Ropé (2002 apud COSTA, 2005, p. 54) como ferramenta que passa a orientar a seleção e a limitação de conteúdos, já que estes não são mais definidos a partir de um corpo de conhecimentos disciplinares existentes, mas sim a partir das situações em que podem ser utilizados e mobilizados com o objetivo de se construir as competências consideradas fundamentais para desenvolvimento e sucesso do aluno.

Construir um currículo baseado em competências não significa deixar de lado os conteúdos e disciplinas trabalhadas para a área de segurança pública, o que deve ser enfatizado é que esses sejam definidos com base nas competências estabelecidas.

Para Perrenoud (1999 apud COSTA, 2005, p. 56), a abordagem por competências não rejeita as disciplinas e nem as renuncia, mas acentua, a sua implementação. Afirmar que a escola é, e continuará a ser, marcadamente disciplinar e constata que a honestidade está em dizer que, não se sabe exatamente qual a utilidade das disciplinas escolares, além de ler, escrever e contar, na vida diária das pessoas que não seguiram estudos superiores.

O grande desafio que se vislumbra no estudo dessa temática é estabelecer o elo entre a competência e a funcionalidade, como citado por Costa (2005, p.59), em seu artigo, o relato do professor Rui de matemática, que é apresentado a seguir:

Como nosso mundo é muito complicado, como a escola é acadêmica demais, então a competência é conseguir que o aluno saia desse mundo acadêmico como um executor. [...] É fazer com que o aluno, ou melhor, construir com o aluno uma metodologia, realizar experiências e fazer com aquele conteúdo se transforme nessa competência que ele vai exercer na sua vida, no seu trabalho, no estudo, no ato de estudar, de pesquisar e de interpretar o mundo.

Conclui-se com as afirmações dos autores acima, que, para se definir as competências do profissional da área de segurança pública, nesse caso bombeiros militares, deve se pautar na capacidade de realizar suas funções e atribuições de forma satisfatória. Para isso, é necessário um currículo desenhado focado nas competências específicas para conquistar esse objetivo.

2.6.3 O currículo em forma de Malha Curricular para as ações formativas de Segurança Pública

O objetivo da SENASP com a concepção da MCN é estabelecer em todo o território Nacional um conjunto de conteúdos mínimos que sejam comuns as ações formativas das instituições do Sistema de Segurança Pública do País.

Somente as áreas temáticas da Matriz não conseguem consolidar a implementação desses conhecimentos comuns nas ações formativas do setor. Há a necessidade de se estabelecer algo que impulse os profissionais das áreas de ensino das diversas instituições, a colocar em prática a Matriz. Para isso, foi estabelecido para cada área temática um conjunto de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, vinculados a disciplinas, a serem aplicados em todos os currículos de formação das instituições de Segurança Pública do País.

A SENASP busca produzir o movimento necessário nos setores de ensino das instituições de Segurança Pública para a efetiva aplicação da Matriz e a conquista de seu objetivo que é o estabelecimento do conhecimento comum. Essa ação busca a construção de uma mesma terminologia e conseqüentemente práticas comuns entre os profissionais da área. A complementação dos conteúdos específicos é de responsabilidade de cada instituição.

Esse conjunto de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, forma a malha curricular, que foi elaborado por um grupo de trabalho multidisciplinar e institucional, a partir das competências dos profissionais de segurança pública, definidos em tópico anterior.

Para a MCN-SENASP (2008) malha curricular é o termo utilizado para substituir a expressão “grade curricular”. Na palavra malha está contida a representação das disciplinas dispostas sobre algo flexível e maleável que possibilita diversas articulações entre elas.

O dicionário Michaelis, apresenta a seguinte definição:

“Malha: Tecido feito à mão ou à máquina, cujas malhas se ligam entre si formando carreiras superpostas, e que, por ser feito em geral, com um só fio, se desfia facilmente.”

No Quadro 5, as disciplinas estabelecidas após a análise das competências dos profissionais das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública, por área temática da MCN.

(Núcleo Comum)

Áreas Temáticas da Matriz		Disciplinas
I	Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Sistema de Segurança Pública no Brasil
		Fundamentos de Gestão Pública
		Fundamentos de Gestão Integrada e Comunitária
II	Violência, Crimes e Controle Social	Abordagem sócio-psicológica da violência e do crime
		Criminologia aplicada à Segurança Pública
		Análise de Cenários e Riscos
III	Cultura e Conhecimento Jurídico	Direitos Humanos
		Fundamentos dos Conhecimentos Jurídicos
IV	Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos
		Mobilização Comunitária
		Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres
V	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Humanas
		Saúde e Segurança aplicada ao trabalho
VI	Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Língua e Comunicação
		Telecomunicações
		Sistemas Informatizados
		Gestão da Informação
VII	Cotidiano e Prática Reflexiva	Ética e Cidadania
VIII	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Preservação e Valorização da Prova
		Primeiros Socorros
		Uso da Força

Quadro 5 – Malha Curricular para as Ações Formativas da Área de Segurança Pública

Fonte: MCN-SENASP (2008)

2.6.4 O currículo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina

O currículo do Curso de Formação de Soldados do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC) está dividido em base comum e específica. Essas bases apresentam áreas de conhecimento onde estão divididas as disciplinas. As áreas da base comum têm a denominação de Missão Bombeiro, Cultura Institucional, Direito Aplicado à atividade de BM, Linguagem e informação e eficácia pessoal.

A base específica apresenta apenas uma área denominada tecnologia de Bombeiro, onde se concentra as disciplinas de cunho operacional.

O que se verifica no desenho curricular do curso é a semelhança com a MCN, na divisão de áreas temáticas e disposição das disciplinas. As disciplinas divididas em áreas temáticas têm a mesma correlação com a malha de disciplinas da Matriz.

A carga horária total do curso é de 1.550 horas aulas, sendo as disciplinas com maior concentração de tempo o estágio operacional, saúde física e combate a incêndio I e II.

As disciplinas encontradas no currículo do Estado de Santa Catarina foram divididas em áreas de concentração para facilitar e iniciar a compreensão do conhecimento comum, que segue como padrão para os outros Estados.

Áreas de Concentração	Disciplinas
Conhecimento Jurídico e Legislação	Legislação aplicada Direito Processual e Penal Militar Direito Ambiental Direito Penal
Prevenção e Combate a Incêndio	Introdução à perícia Prevenção Combate a incêndio I (Teoria) Combate a incêndio II (Prática) Produtos perigosos
Busca e Salvamento	Salvamento em altura Salvamento aquático Espaço confinado Resgate veicular Busca terrestre
Atendimento Pré-Hospitalar	Atendimento Pré-hospitalar
Defesa Civil	Não contemplado (n/c)
Militares	Ordem unida Telecomunicações Fundamentos da atividade de Bombeiro Armamento e tiro Treinamento de Operações
Treinamento físico	Saúde física
Outras	Sistema de Segurança Pública no Brasil Ética e cidadania Informática Resolução de problemas e tomada de decisão

Continua...

Conclusão...

Áreas de Concentração	Disciplinas
Outras	Direção defensiva Motomecanização Sistema de comando em operações de bombeiro Estágio Operacional

Quadro 6 – Disciplinas do currículo de formação de soldados do CBMSC

Fonte: O autor

2.6.5 O currículo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

O currículo aplicado pelo CBMMG é desenhado no formato tradicional e não foi estruturado seguindo as áreas temáticas da MCN.

Possui 1.082 horas aulas, e concentra a maioria das horas aulas na atividade de estágio e atendimento Pré-hospitalar.

As disciplinas trabalhadas no referido currículo estão divididas por área de conhecimento.

Áreas de Concentração	Disciplinas
Conhecimento Jurídico e Legislação	Direitos Humanos Legislação Institucional Noções de Direito Penal Militar
Prevenção e Combate a Incêndio	Fundamentos Básicos de Proteção Contra Incêndio e Pânico (PCIP) Técnica e Tática de Combate a Incêndio Urbano Técnica e Tática de Combate a Incêndio Florestal Produtos Perigosos
Busca e Salvamento	Salvamento Aquático Salvamento em Altura Salvamento Terrestre Mergulho Autônomo
Atendimento Pré-Hospitalar	Atendimento Pré-Hospitalar
Defesa Civil	(n/c)
Militares	Comunicações e Operações Armamento e Equipamento Policial e Tiro Prático Ordem Unida Noções de Técnica Policial Militar
Treinamento físico	Educação Física Natação

Continua...

Conclusão...

Áreas de Concentração	Disciplinas
Outras	Redação de Documentos História do CBMMG Estágio Supervisionado

Quadro 7 – Disciplinas do currículo de formação de soldados do CBMMG

Fonte: O autor

2.6.6 O currículo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado Pará

O currículo utilizado para a formação de soldados Bombeiros do CBMPA esta alinhado com as áreas temática da MCN, onde apresentou disciplinas que serão aplicadas em cada uma delas.

O que se observa, é a supressão da área temática denominada Violência, Crime e Controle Social, que não foi apresentada nenhuma disciplina.

Outra inserção no currículo foi uma área temática denominada atividades complementares, que constam estágios, palestras e visitas para o curso.

O currículo apresenta um total de seiscentas horas aulas e a maior quantidade de horas está destinada a disciplina de treinamento físico militar.

Áreas de Concentração	Disciplinas
Conhecimento Jurídico e Legislação	Organização e Legislação BM Conhecimentos Jurídicos Aplicados Direitos Humanos
Prevenção e Combate a Incêndio	Prevenção Contra Incêndio Operações com Produtos Perigosos Técnica e Maneabilidade de Incêndio
Busca e Salvamento	Prática de Operações em Área de Selva Técnica e Maneabilidade de Salvamento Terrestre Técnica e Maneabilidade de Salvamento em Altura Técnica e Maneabilidade de Salvamento Aquático
Atendimento Pré-Hospitalar	Emergência e Socorro de Urgência
Defesa Civil	Defesa Civil
Militares	Atividade de Inteligência Telecomunicações Aplicadas Instrução Militar Armamento, Munição e Tiro
Treinamento físico	Treinamento Físico Militar

Continua...

Conclusão...

Áreas de Concentração	Disciplinas
Outras	Relações Interpessoais Ética e Cidadania História do CBMPA Redação Oficial Estágio Supervisionado Palestras e Visitas Técnicas

Quadro 8 – Disciplinas do currículo de formação de soldados do CBMPA

Fonte: O autor

2.6.7 O currículo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará

O currículo aplicado pelo CBMCE é desenhado no formato tradicional e não foi estruturado seguindo as áreas temáticas da MCN.

Possui 1.166 horas-aula e concentra a maioria das horas aulas na atividade de estágio supervisionado. Depois do estágio supervisionado, as áreas que possuem maior concentração de horas são as seguintes: Prevenção de Incêndio, Combate a Incêndio, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar.

Outro ponto do currículo é a junção das áreas de Prevenção de Incêndio e Combate a Incêndio em uma única disciplina.

As disciplinas trabalhadas no referido currículo dividido por área de conhecimento são:

Áreas de Concentração	Disciplinas
Conhecimento Jurídico e Legislação	Legislação BM Noções de Direito Direitos Humanos
Prevenção e Combate a Incêndio	Prevenção e Combate a Incêndio
Busca e Salvamento	Busca e Salvamento Salvamento Aquático
Atendimento Pré-Hospitalar	Atendimento Pré – hospitalar
Defesa Civil	Defesa Civil
Militares	Instrução Geral Ordem Unida

Continua...

Conclusão...

Áreas de Concentração	Disciplinas
Treinamento físico	Educação Física Militar
Outras	Ética profissional e cidadania Armamento e tiro Estágio Supervisionado Seminários Avançados Visitas de Estudo

Quadro 9 – Disciplinas do currículo de formação de soldados do CBMCE

Fonte: O autor

2.6.8 O currículo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

O currículo do Curso de Formação de Soldados do CBMDF está dividido em três grupos. Esses grupos apresentam áreas de conhecimento onde estão divididas as disciplinas. Levando em consideração a funcionalidade das disciplinas, o grupo I é composto pelas disciplinas consideradas complementares, o grupo II pelas disciplinas instrumentais e o grupo III pelas disciplinas operacionais. O estágio supervisionado não está relacionado em nenhum dos três grupos apresentados.

O que se verifica no desenho curricular do curso é também a semelhança com a MCN, na divisão de áreas temáticas, que nesse caso são os grupos funcionais e disposição das disciplinas. As disciplinas divididas por grupos funcionais têm a mesma correlação com a malha de disciplinas da Matriz.

A carga horária total do curso é de 1.540 horas-aula, sendo as disciplinas com maior concentração de tempo o estágio operacional, treinamento físico militar, combate a incêndio, salvamento e emergência e socorros de urgência.

Áreas de Concentração	Disciplinas DF
Conhecimento Jurídico e Legislação	- Legislação e Regulamentos Aplicados ao CBMDF - Noções de Direito
Prevenção e Combate a Incêndio	- Tecnologia e Maneabilidade de Incêndio - Combate a Incêndio Florestal
Busca e Salvamento	- Tecnologia e Maneabilidade de Salvamento - Operações Aquáticas

Continua...

Conclusão...

Áreas de Concentração	Disciplinas DF
Atendimento Pré-Hospitalar	- Emergência e Socorros de Urgência
Defesa Civil	- não contemplado (n/c)
Militares	- Instrução Militar - Instrução Geral - Informações/ Comunicações BM
Treinamento físico	- Treinamento Físico Militar
Outras	- Estágio Operacional Supervisionado - História da Corporação e Civismo - Sociedade, Relações Humanas e Ética Aplicada - Higiene e Segurança no trabalho aplicada - Condução de Viaturas ADM de porte leve

Quadro 10 – Disciplinas do currículo de formação de soldados do CBMDF

Fonte: O autor

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA CORRELAÇÃO DA MCN COM OS CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS DA PROFISSÃO BOMBEIRO MILITAR

Ao trazer à tona e apresentar toda a concepção da MCN, as atividades desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros, as competências do profissional BM, os conhecimentos contidos no diversos currículos da formação de Bombeiro, chega-se à fase de analisar a aplicabilidade da Matriz para a formação dos Corpos de Bombeiros Militares, objeto deste estudo.

Inicia-se a análise do mapa de competências apresentado na MCN-SENASP (2008). O item do quadro das competências cognitivas que tem pouca relação com as atividades desenvolvidas pelos profissionais Bombeiros Militares é o de “analisar dados estatísticos que possibilitem compreender os cenários da realidade brasileira em relação à criminalidade, a violência e a necessidade da prevenção”.

Os fenômenos relacionados com a atividade de bombeiro estão centrados em acidentes e desastres. A violência e o crime são fenômenos relacionados com as atividades policiais.

Outro ponto observado no mapa de competências cognitivas da MCN-SENASP (2008) é o de “relacionar a utilização da força e da arma de fogo aos princípios de legalidade, necessidade e proporcionalidade”, que em uma primeira análise aparenta ter pouca relação com a atividade de Bombeiro. O momento que necessita ter contato com a arma de fogo é no serviço nas dependências das unidades militares e quando realiza a atividade de escolta.

As competências cognitivas são abrangentes e podem ser perfeitamente aplicáveis à formação do Bombeiro, ou seja, estão relacionadas com as atividades que o profissional da área necessita para o desempenho de suas funções.

Já no mapa de competências apresentado pelo CBMRR, as áreas de conhecimento se traduzem em combate a incêndios, busca e salvamento, primeiros socorros, produtos perigosos, normas militares e legislação. Outras áreas de conhecimento importantes apresentadas no mapa foram a de hidráulica, engenharia e eletricidade. Essas áreas apóiam o desenvolvimento das atividades do Bombeiro,

quando atuam em combate a incêndios e salvamentos, necessitando ter conhecimentos sobre os sistemas preventivos das edificações, redes de água e redes de energia elétrica.

Na área das habilidades o que se pode observar é a consolidação dos conhecimentos específicos traduzidos na utilização e na aplicação das diversas técnicas correlacionadas.

O que se destaca como competência atitudinal é a importância da interação com equipes de trabalho, a decisão em situação de emergência, o cumprimento das normas e a estabilidade emocional.

Ao analisar o quadro de tarefas do Currículo do Curso de Formação de Soldados do CBMDF (2000), verifica-se que as tarefas a serem executadas com maior frequência e maior nível de complexidade são as relacionadas com o atendimento Pré-hospitalar, atendimento a acidentes automobilísticos, combate a incêndios urbanos e busca e salvamento.

Outras tarefas que devem desempenhar regularmente, porém com pouca complexidade, estão relacionadas com segurança das instalações, operação de rádio e comunicação, condução de viaturas e o combate a incêndio florestal.

Observa-se na apresentação dos mapas de competência estudados uma correlação nas tarefas que um Bombeiro profissional necessita desenvolver para a execução de sua missão com qualidade. Seguindo esse pensamento, pode-se admitir que as competências de Bombeiro em sua maioria são comuns e giram em torno das principais atividades que são prevenção e combate a incêndio, busca e salvamento e atendimento Pré-hospitalar.

Outro ponto a ser analisado são os eixos articuladores da Matriz Curricular para comparar a sua correlação com as atividades desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros Militares.

Os eixos articuladores da Matriz têm o objetivo de estruturar o conjunto dos conteúdos e, pela sua amplitude, permitem definir a orientação geral dos processos formativos.

O primeiro eixo articulador, denominado Sujeito e Interações no contexto da Segurança Pública, proporciona a visão ao operador de Segurança Pública, de que sua função se desenvolve em interação com outros sujeitos. Nesse contexto o eixo articulador se justifica por motivar a discussão do conhecimento do operador enquanto sujeito da atividade profissional, dos valores envolvidos e das relações que são estabelecidas no contexto do exercício da profissão BM.

A importância dessa temática para currículos de bombeiro é corroborada pelo pensamento de Pedra (1999, p. 16). O autor propõe que o currículo necessita de elementos que fortaleçam as variadas relações que os homens mantêm entre si e com seu meio.

Para a atividade de bombeiro as relações humanas, a focalização dos aspectos humanos da profissão, a motivação pessoal e o autoconhecimento são fatores que devem ser perseguidos e orientados, pois a maior qualidade de sua profissão é o amor ao próximo, quando lida com vidas e bens que não são seus.

Contribuindo para o entendimento da importância desse eixo articulador, observa-se o que é repassado pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, no Manual Básico BM (2006, p. 350), quando trata da conduta do BM:

Quando estiver atendendo a uma solicitação de socorro, que muitas vezes para você pode parecer simples e até insignificante, lembre-se que para o solicitante é o maior problema do mundo, pois está acontecendo com ele. Não trate esta pessoa de forma indelicada nem displicente, pois a vítima está sempre fragilizada de certa forma. Procure colocar-se no lugar dela e verifique o tratamento que você gostaria de receber. Desta forma você estará prestando um serviço de qualidade, sendo cortês, atencioso, humano com as causas públicas e com o sofrimento do seu semelhante.

O segundo eixo articulador trata das questões da sociedade, poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública. Motiva a reflexão sobre a realidade social da atividade da área e a contextualizadas como foco nas questões políticas, antropológicas e culturais.

A atividade de bombeiro é desempenhada em todos os espaços, sejam eles públicos ou privados e está inserida nas ações do Estado brasileiro. A sociedade atual vive em constante mudança e se torna cada vez mais exigente com os serviços prestados.

Entender, conhecer e discutir sobre as questões sociais, a cidadania, a democracia e o Estado de Direito é fundamental para ampliar o entendimento que o BM deve ter das reais necessidades da sociedade, para quem irá prestar os serviços, e com isso minimizar a coexistência de interesses e intenções conflitantes, como preconiza esse eixo articulador.

Outro eixo articulador aborda as questões da Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública com o objetivo de desenvolver conhecimentos, práticas e atitudes voltados para essa temática relacionados com a profissão do operador de Segurança Pública.

Nos dias atuais, muito se tem discutido sobre as questões éticas e dos Direitos Humanos. As políticas públicas de todas as áreas estão concentradas em ampliar o entendimento teórico e prático da área com o intuito de formar um servidor público que esteja alinhado com essa proposta.

O BM, como servidor público da área de Segurança Pública - e responsável pela preservação da vida e do patrimônio - não pode estar à margem desse discurso e necessita conhecer, entender e praticar os conhecimentos relativos a esse eixo articulador. As questões derivadas desse eixo articulador deverão atravessar outras áreas de conhecimento objetivando a mudança das práticas operacionais do BM.

A condição de bombeiro militar é uma das mais nobres e respeitadas, pois a ele cabe defender a população de qualquer fato adverso dentro do contexto de defesa civil, mas esse conceito foi conseguido graças a um aprimoramento das boas qualidades do ser humano e externadas na missão de salvar vidas e bens. (MANUAL BÁSICO BM, 2006, p. 346).

O último eixo articulador denominado Diversidade, Conflitos e Segurança Pública se propõe a motivar a reflexão da atuação do profissional de Segurança Pública em questões que envolvam as diferenças sócio-culturais, de gênero, de orientação sexual, de etnia, que podem ser geradoras de conflitos.

O cotidiano da atividade de Bombeiro está inserido em tratar e atender sem diferenças todos os seres humanos e saber lidar com elas para poder executar a sublime missão de preservar vidas.

A seguir, um parágrafo retirado do Manual Básico BM (2006, p. 346) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), que apresenta a essência de ser um BM na concepção do atendimento ao próximo.

Se você, jovem, veio para o Corpo de Bombeiros, imbuído de intenções dignas, com amor no coração e desprendimento em favor do próximo, entre em forma ao lado de verdadeiros heróis, admirados por todos, que muitas vezes derramam seu sangue pelo próximo, mas que têm a certeza de serem úteis e de terem a satisfação do dever cumprido.

Ao profissional que tem a missão de salvar e preservar vidas não é concebível ter comportamentos estigmatizados.

Para confirmar essa afirmativa é que se destaca a importância de ter na formação do BM a reflexão constante sobre as questões derivadas desse eixo articulador, na busca de fazer com que esse conhecimento transite de forma

interdisciplinar e transversal em todas as disciplinas inerentes a sua formação e com isso modificar as práticas operacionais.

Ter essa característica transversal e interdisciplinar é fundamental para a construção de uma proposta de formação profissional para o BM que possui áreas de conhecimentos diversificados, que muitas vezes são tratados de forma isolada nas ações pedagógicas. Garcia (2009), ao tratar das questões de transversalidade e interdisciplinaridade defende a necessidade de trabalhar o conhecimento de forma não fragmentada e buscar a reintegração dos aspectos que ficam isolados na busca de uma visão mais ampla e adequada da realidade da prática profissional.

Pode-se afirmar que os quatro eixos articuladores da MCN são aplicáveis à formação do BM, por proporem uma ampla discussão e reflexão sobre as problemáticas sociais atuais fundamentais na preparação do profissional contemporâneo, principalmente pela forma como serão trabalhados quando aplicados à proposta curricular com caráter transversal e interdisciplinar.

Ao deixar de lado os eixos articuladores passa-se a discutir a relação das áreas temáticas da MCN com as competências e conteúdos inerentes às atividades do profissional BM.

As áreas temáticas da Matriz contemplam os conteúdos indispensáveis à formação do profissional de Segurança Pública. A Matriz apresenta oito áreas temáticas que norteiam a concepção desses conteúdos comuns para a formação em Segurança Pública. Passa-se a analisar cada área temática.

A primeira área temática trata especificamente sobre os Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública e busca apresentar os conceitos da área, estudar as diversas instituições e mostrar a esse profissional que esta inserido em um sistema.

Os temas relacionados para a área temática trazem para o debate o conhecimento sobre as políticas públicas, a administração e o serviço público, a gestão de recursos humanos, as relações de trabalho, planejamento estratégico, controle interno e externo das instituições, as funções e atribuições do profissional da área, dentre outros.

Os temas dessa área temática com foco na ação policial desenvolvem o conhecimento das funções e atribuições da polícia numa sociedade democrática, bem como a filosofia e os modelos de policiamento comunitário, o poder de polícia, e ainda, o poder da polícia e o poder discricionário do policial.

Na formação de BM são encontradas disciplinas que tratam das funções e atribuições específicas do bombeiro e discutem a questão do poder de polícia.

Quanto ao tema relacionado com a filosofia e modelos de policiamento comunitário, que promove a aproximação das instituições de Segurança Pública da comunidade em suas práticas diárias, é específico para as instituições policiais, apesar do Corpo de Bombeiros estabelecer essa prática de aproximação em suas atividades cotidianas.

Nos currículos dos Estados estudados, são observadas algumas disciplinas que tratam dos temas derivados dessa área temática com denominações diferenciadas, tais como, Organização Bombeiro Militar, Legislação Institucional e Instrução Geral. Essas disciplinas trabalham os conhecimentos da administração de bombeiros e o estudo do sistema em que está inserido. Os conhecimentos derivados da área temática analisada são importantes para a formação de Bombeiros.

A área temática denominada Violência, crime e controle Social propõe o estudo dos fenômenos da violência e do crime em suas várias formas.

Nas competências específicas de Bombeiros estudadas e nas disciplinas dos currículos dos Estados, observa-se que em nenhum deles foram tratados assuntos que tenham correlação com essa área. O currículo do CBMPA foi desenhado utilizando as áreas temáticas da MCN e mesmo assim, suprimiu essa área pelo fato de não ter correlação com as atividades inerentes ao BM.

Essa afirmativa se corrobora com a idéia de Durand (2000 apud GUIMARÃES; BRUNO-FARIA; BRANDÃO, 2006, p. 218), quando defende que o desenvolvimento de competências deve envolver a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes relevantes aos propósitos organizacionais.

O propósito organizacional dos Corpos de Bombeiros está ligado às questões de Combate a Incêndio, Salvamentos, Atendimento Pré-hospitalar, Defesa Civil e não se direcionando ao crime e à violência.

A terceira área temática trata da Cultura e Conhecimento Jurídico e aborda o Direito como construção cultural e os Direitos Humanos aplicado às atividades do profissional de Segurança Pública.

O BM profissional necessita de conhecimentos específicos sobre as áreas do Direito e de legislações pertinentes as suas atividades, isso se verifica na composição das disciplinas dos currículos estudados que na sua totalidade apresentam temas derivados da área, tais como, Legislação e Regulamentos

aplicados, Direito Processual e Penal Militar, Direito Ambiental, Direito Penal e Direitos Humanos.

As competências designadas para BM no campo cognitivo sugerem que o profissional deve saber sobre os regulamentos internos e como atitude cumprir normas e regulamentos. Já a MCN-SENASP (2008) define como competência cognitiva para o profissional de Segurança Pública, o seguinte:

“Estabelecer um panorama geral sobre o sistema jurídico vigente no país, essencialmente no que é pertinente aos ramos do direito aplicáveis à atuação do profissional de segurança pública”.

Uma das tarefas que um Bombeiro do Distrito Federal necessita realizar é a fiscalização de embarcações no Lago Paranoá. Como irá cumprir essa tarefa sem o conhecimento mínimo sobre as questões legais relacionadas ao assunto? Isso denota a necessidade de estudar as questões inerentes ao Conhecimento Jurídico.

Após a correlação dessa área temática com as competências de Bombeiros e as disciplinas dos currículos estudados pode-se afirmar que os temas derivados são importantes para a formação do profissional BM.

A área temática Modalidade de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos evidencia as diversas situações conflitivas e as modalidades de intervenção que são diversificadas na atuação do profissional de Segurança Pública.

Os temas sugeridos pela MCN, para essa área, perpassam pela análise, prevenção e mediação de conflitos, uso da força, tomada de decisão, dentre outros. O BM utiliza diariamente conhecimentos derivados dessa área temática na sua atuação operacional ao atender uma situação de incêndio, salvamento e primeiros socorros.

A natureza das ocorrências que envolvem a missão de salvar vidas e preservar o patrimônio é considerada um evento crítico e pode necessitar, em alguns casos, do conhecimento específico de gerenciamento de conflitos, pois os envolvidos no cenário estão, muitas vezes, transtornados pelas perdas relacionadas.

Outro exemplo é a atividade de Defesa Civil que envolve uma série de fatores conflitantes que o BM necessita lidar e como consequência, entender as técnicas de mediação para ter êxito em sua missão.

O CBMPA, em seu currículo, apresenta a disciplina Defesa Civil como derivada dessa área temática, consolidando a sua pertinência com a formação do profissional BM e o Estado de Santa Catarina também tem disciplina relacionada, que trata das questões relativas à resolução de problemas e tomada de decisão.

A quinta área temática, denominada Valorização do Profissional e Saúde do Trabalhador, busca uma abordagem permanente em ações que motivem o bem estar e a saúde do profissional em Segurança Pública. Os temas sugeridos derivam da imagem do profissional, das condições e segurança no trabalho, conceitos de saúde e exercício físico.

Os conhecimentos estabelecidos para essa área temática são tratados em todos os currículos de bombeiro estudados, especificamente nas disciplinas de combate a incêndio, salvamento, atendimento pré-hospitalar, produtos perigosos, quando discutem assuntos relacionados com a proteção individual do profissional. Outra disciplina encontrada nos currículos é o treinamento físico militar, que possui carga horária expressiva, enfatizando a importância da manutenção da saúde nessa categoria profissional.

Destaca-se o Currículo apresentado pelo CBMDF que desenvolve a disciplina denominada Higiene e Segurança no Trabalho Aplicada.

A valorização profissional e a saúde são foco para todos os Corpos de Bombeiros estudados, confirmando a importância dessa área temática para a formação desse profissional.

A sexta área temática da MCN inclui conteúdos relativos aos princípios, procedimentos e técnicas de comunicação. Os temas derivados são a comunicação verbal e corporal, registro de ocorrências, estatísticas, novas tecnologias e atividades e operações de inteligência.

Ao analisar as competências específicas extraídas da análise elaborada pelo CBMRR e Distrito Federal, observa-se que o BM deve saber sobre sistemas de comunicação e ter a habilidade de utilizar as técnicas de sistemas de comunicação, receber comunicação de ocorrências da comunidade e operar o rádio de comunicação.

Dos currículos estudados apenas o CBMCE não apresenta disciplinas relacionados com a área temática.

A atuação do bombeiro se inicia com o contato da comunidade com o sistema de comunicação institucional quando necessita de algum tipo de ajuda. O sucesso da atuação está diretamente ligada à forma como o BM recebe as informações e as repassa para a equipe que irá realizar o atendimento. Isso requer conhecimentos, habilidades e atitudes para que o processo funcione de forma eficaz e eficiente.

Após a correlação dessa área temática com as competências de bombeiros e as disciplinas dos currículos estudados pode-se afirmar que os temas derivados são importantes para a formação do profissional BM.

A sétima área temática é denominada Cotidiano e Prática Policial Reflexiva e propõe a discussão da prática e realidade cotidiana da profissão, na reflexão crítica de casos de relevância e alto risco, práticas polêmicas e rotinas.

O título dessa área temática, em uma primeira análise, leva a afirmar que é específica para área policial, pois traz em sua denominação que essas discussões são afetas apenas às instituições policiais.

Ao retirar o nome “policial” dessa denominação e analisar essa área temática como Cotidiano e Prática Reflexiva, pode-se afirmar que é importante para as ações formativas de Bombeiros, pelo fato de estudar casos relevantes e de alto risco que irão construir o conhecimento e novas práticas, ou seja, aprender com a experiência do outro.

Essa área temática pela proposta precisa transitar em todas as disciplinas do currículo de formação, pois estimula o pensar durante a ação e isso deve ser tratado principalmente nas disciplinas como Combate a Incêndio, Salvamento, Atendimento Pré-hospitalar e Defesa Civil.

A última área temática tem o papel de trabalhar os conteúdos relativos aos aspectos técnicos e procedimentais inerentes ao exercício das funções. Os temas relacionados dizem respeito a todas as áreas ditas como operacionais.

No caso a Matriz apresenta como temas derivados os procedimentos e técnicas relacionados com a ação policial.

A importância dessa área temática é demonstrada no desenho circular da MCN. Na parte mais externa do círculo estão os eixos articuladores, na parte intermediária sete áreas temáticas e no centro a última área temática denominada Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública, ressaltando que as outras áreas necessitam estar interligadas para apoiar as disciplinas da área procedimental.

O sentido está presente em um dos princípios da Matriz que é a interdisciplinaridade e a transversalidade, fazendo com que os eixos articuladores e as áreas temáticas se unam num processo de interação constante.

A formação do profissional BM é permeada por conteúdos relacionados com as técnicas e táticas de atuação operacional, como Combate a Incêndio,

Salvamento, Atendimento Pré-hospitalar, Produtos Perigosos, Mergulho Autônomo, e outros.

Ao realizar a análise dos eixos articuladores e áreas temáticas observa-se que apenas a área temática denominada Crime, Violência e Controle Social não têm correlação com as competências específicas de bombeiro e sim com as competências policiais. Outro ponto observado são os temas derivados das áreas temáticas que enfatizam as práticas policiais, que denota a tendência da matriz para os fenômenos da polícia.

Passa-se a análise das relações das diversas disciplinas estabelecidas na Malha Curricular para as Ações Formativas da Área de Segurança Pública, elaborada pela SENASP, que é o núcleo comum, com as disciplinas estabelecidas nos currículos dos cursos de formação de soldados estudados.

Os currículos estudados dos Corpos de Bombeiros dos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Pará e Distrito Federal apresentam semelhança entre as diversas disciplinas que os compõem, caracterizando a semelhança de conhecimentos comuns à formação do BM.

Com o objetivo de melhor apresentar a análise das disciplinas que compõem os currículos e facilitar a compreensão, foram divididas por área de concentração, denominadas Conhecimento Jurídico e Legislação, Prevenção e Combate a Incêndio, Busca e Salvamento, Atendimento Pré-hospitalar, Defesa Civil, Militares, Treinamento Físico e outras.

Iniciando a observação da primeira área de concentração verifica-se que todos os currículos dos Corpos de Bombeiros estudados apresentam disciplinas semelhantes voltados para a área do Direito e das legislações aplicadas, como se observa no quadro a seguir.

Áreas de Concentração	Disciplinas CE	Disciplinas SC	Disciplinas MG	Disciplinas PA	Disciplinas DF
Conhecimento Jurídico e Legislação	Legislação BM	Legislação aplicada	Legislação Institucional	Organização e Legislação BM	Legislação e Regulamentos Aplicados ao CBMDF
	Noções de Direito	Direito Processual e Penal Militar/- Direito Penal	Noções de Direito Penal Militar	Conhecimentos Jurídicos Aplicados	Noções de Direito

Continua...

Conclusão...

Áreas de Concentração	Disciplinas CE	Disciplinas SC	Disciplinas MG	Disciplinas PA	Disciplinas DF
Conhecimento Jurídico e Legislação	n/c	Direito Ambiental	n/c	n/c	n/c
	Direitos Humanos	n/c	Direitos Humanos	Direitos Humanos	n/c

Quadro 11 – Disciplinas da área de concentração Conhecimento Jurídico e Legislação

Fonte: O autor

Para essa área, pode-se afirmar que as disciplinas comuns são a Legislação Aplicada, Conhecimentos Jurídicos Aplicados e os Direitos Humanos, que é tratado na maioria dos Estados estudados.

Cabe ressaltar o estado de Santa Catarina, que aborda especificamente sobre Direito Ambiental - área de conhecimento importante para a atuação dos Corpos de Bombeiros.

A área específica denominada prevenção e combate a incêndio é tratada por todos os cinco estados observados no estudo, conforme confirma o quadro a seguir.

Áreas de Concentração	Disciplinas CE	Disciplinas SC	Disciplinas MG	Disciplinas PA	Disciplinas DF
Prevenção e Combate a Incêndio	Prevenção e Combate a Incêndio	Prevenção	Fundamentos Básicos de PCIP	Prevenção Contra Incêndio	n/c
	n/c	Introdução a perícia	n/c	n/c	n/c
	n/c	Combate a incêndio I (Teoria) Combate a incêndio II (Prática)	Técnica e Tática de Combate a Incêndio Urbano Técnica e Tática de Combate a Incêndio Florestal	Técnica e Man. Incêndio	Tecnologia e Man. Incêndio Combate a Incêndio Florestal
	n/c	Produtos perigosos	Produtos Perigosos	Operações com Produtos Perigosos	n/c

Quadro 12 – Disciplinas da área de concentração Prevenção e Combate a Incêndio

Fonte: O autor

O Estado de Santa Catarina apresenta uma disciplina que se destaca dos demais, que aborda conhecimentos sobre noções de perícia de incêndio, com o objetivo de preparar o profissional BM na preservação do local incendiado.

As disciplinas comuns para a área são a Prevenção, Combate a Incêndio e Operações com Produtos Perigosos que aparece em três dos cinco estados pesquisados.

Os conhecimentos sobre Busca e Salvamento, como configura a área de Combate a Incêndio, também aparece em todos os currículos estudados, de acordo com as disciplinas que estruturam os currículos.

Áreas de Concentração	Disciplinas CE	Disciplinas SC	Disciplinas MG	Disciplinas PA	Disciplinas DF
Busca e Salvamento	Busca e Salvamento	Salvamento em altura	Salvamento em Altura	Técnica e Man. Salvamento em Altura	Tecnologia e Man. Salvamento
	n/c	Busca terrestre Espaço confinado Resgate veicular	Salvamento Terrestre	Prática de Operações em Área de Selva Técnica e Man. Salvamento Terrestre	n/c
	Salvamento Aquático	Salvamento aquático	Mergulho Autônomo Salvamento Aquático	Técnica e Man. Salvamento Aquático	Operações Aquáticas

Quadro 13 – Disciplinas da área de concentração Busca e Salvamento

Fonte: O autor

O CBMPA apresenta disciplina que não aparece em outros currículos que é a Prática de Operações em Área de Selva, conhecimento específico para as instituições da Região Norte do País. Os outros currículos abordam essas práticas operacionais relacionadas com a vegetação específica de sua região.

Cabe destacar o currículo de Minas Gerais que traz a noção sobre o mergulho autônomo que é tratado dentro do salvamento aquático nos outros Estados.

A disciplina comum para a área é Busca e Salvamento, que se divide em altura, aquático e terrestre.

O atendimento Pré-hospitalar é encontrado em todos os currículos estudados, conforme o quadro a seguir.

Áreas de Concentração	Disciplinas CE	Disciplinas SC	Disciplinas MG	Disciplinas PA	Disciplinas DF
Atendimento Pré-hospitalar	Atendimento Pré-hospitalar	Atendimento Pré-hospitalar	Atendimento Pré-hospitalar	Emergência e Socorro de Urgência	Emergência e Socorros de Urgência

Quadro 14 – Disciplinas da área de concentração Atendimento Pré-hospitalar

Fonte: O autor

Ao analisar os conhecimentos relacionados com as ações de Defesa Civil se constata que dois dos cinco currículos estudados tratam do assunto na concepção disciplinar.

Áreas de Concentração	Disciplinas CE	Disciplinas SC	Disciplinas MG	Disciplinas PA	Disciplinas DF
Defesa Civil	Defesa Civil	n/c	n/c	Defesa Civil	n/c

Quadro 15 – Disciplinas da área de concentração Defesa Civil

Fonte: O autor

A área de treinamento físico é desenvolvida por todos os currículos estudados, sendo conhecimento comum na formação de Bombeiro.

O Estado de Santa Catarina trata a disciplina com denominação diferenciada dos demais, com uma concepção mais abrangente chamada saúde física.

Áreas de Concentração	Disciplinas CE	Disciplinas SC	Disciplinas MG	Disciplinas PA	Disciplinas DF
Treinamento físico	Educação Física Militar	Saúde física	Educação Física Natação	Treinamento Físico Militar	Treinamento Físico Militar

Quadro 16 – Disciplinas da área de concentração Treinamento Físico

Fonte: O autor

As disciplinas de natureza militar nos currículos estudados são a ordem unida ou instrução militar, a instrução geral, informações e comunicações e armamento e tiro.

Ordem unida ou instrução militar abordam assuntos relativos aos procedimentos do militar frente a cerimônias e os sinais de respeito. O Distrito Federal, na disciplina de Instrução Militar, além dos conhecimentos específicos, desenvolve o conteúdo sobre armamento e tiro. Os outros Estados abordam o conteúdo em disciplina específica.

A disciplina instrução geral ensina ao BM conhecimentos específicos sobre o funcionamento de um quartel de bombeiro, as normas e condutas internas. O Estado de Santa Catarina como disciplina correlata apresenta Fundamentos da atividade de Bombeiro.

Em relação a conhecimentos específicos sobre as operações dos equipamentos de comunicação e as atividades de inteligência, apenas o Estado do Ceará não contempla em seu currículo disciplinas com esse propósito, conforme se verifica no quadro a seguir.

Áreas de Concentração	Disciplinas CE	Disciplinas SC	Disciplinas MG	Disciplinas PA	Disciplinas DF
Militares	Ordem Unida	Ordem unida	Ordem Unida	Instrução Militar	Instrução Militar
	Instrução Geral	Fundamentos da atividade de Bombeiro	Noções de Técnica Policial Militar	n/c	Instrução Geral
	n/c	Telecomunicações	Comunicação e Operação	Telecomunicações Aplicadas Atividade de Inteligência	Informação e Comunicação BM
	Armamento e tiro	Armamento e tiro	Armamento e Equipamento Policial e Tiro Prático	Armamento, Munição e Tiro	n/c

Quadro 17 – Disciplinas da área Militar

Fonte: O autor

As disciplinas comuns nessa área são a ordem unida, a instrução geral, telecomunicações, inteligência e armamento e tiro.

Observa-se no quadro a seguir que o estágio operacional é tratado em todos os currículos e a disciplina ética e cidadania só não é desenvolvida no currículo de Minas Gerais. No que diz respeito aos conhecimentos relativos ao sistema em que o Bombeiro está inserido e sua história, apenas o Estado do Ceará não aborda essas questões na forma de disciplina.

Áreas de Concentração	Disciplinas CE	Disciplinas SC	Disciplinas MG	Disciplinas PA	Disciplinas DF
Outras	Ética profissional e cidadania	Ética e cidadania	n/c	Ética e Cidadania	Sociedade, Relações Humanas e Ética Aplicada

Continua...

					Conclusão...
Áreas de Concentração	Disciplinas CE	Disciplinas SC	Disciplinas MG	Disciplinas PA	Disciplinas DF
Outras	Estágio Supervisionado	Estágio Operacional	Estágio Supervisionado	Estágio Supervisionado	Estágio Operacional Supervisionado
	n/c	Sistema de Segurança Pública no Brasil	História do CBMMG	História do CBMPA	História da Corporação e Civismo

Quadro 18 – Outras disciplinas encontradas nos currículos

Fonte: O autor

Sendo assim, pode-se afirmar que o estágio supervisionado e as disciplinas ética e cidadania e história da corporação são comuns à formação do BM.

Outras disciplinas aparecem nos currículos estudados, tais como, informática, redação oficial, sistema de comando de operações, resolução de problemas e tomada de decisão, direção defensiva, motomecanização, higiene e segurança no trabalho e relações interpessoais.

Ao realizar a análise verifica-se que as disciplinas não são aplicadas pela maioria dos estados estudados.

Após a realização da correlação dos cinco currículos estudados, são apresentados, no quadro a seguir, os conhecimentos comuns à formação do Bombeiro.

Áreas de Concentração	Disciplinas
Conhecimento Jurídico e Legislação	Legislação aplicada, Conhecimentos Jurídicos Aplicados e os Direitos humanos
Prevenção e Combate a Incêndio	Prevenção, Combate a Incêndio e Operações com Produtos Perigosos
Busca e Salvamento	Busca e Salvamento, que se divide em altura, aquático e terrestre
Atendimento Pré-Hospitalar	Atendimento Pré – hospitalar
Defesa Civil	Defesa Civil
Militares	Ordem Unida, Instrução Geral, Telecomunicações, Inteligência e Armamento e Tiro
Treinamento físico	Treinamento Físico Militar
Outras	Ética profissional e cidadania História da Corporação Estágio Supervisionado

Quadro 19 – Disciplinas que são comuns encontradas nos currículos estudados

Fonte: O autor

Com a definição do conhecimento comum para a formação do BM passa-se a analisar a malha de disciplinas da MCN e verificar a sua aplicabilidade para essa formação profissional.

Para a área temática Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública, as disciplinas estabelecidas tratam do Sistema de Segurança Pública no Brasil, Fundamentos de Gestão Pública e Fundamentos de Gestão Integrada e Comunitária. Todas as disciplinas dessa área temática podem ser aplicadas à formação do BM, pelo fato de trazerem conhecimentos relativos à gestão pública e sobre o sistema em que o bombeiro está inserido. Correlacionando com os conhecimentos comuns identificados neste estudo, o que é preciso acrescentar é a disciplina história da corporação que não aparece entre as disciplinas estabelecidas.

A área temática Violência, Crimes e Controle Social apresenta as disciplinas abordagem sócio-psicológica da violência e do crime e criminologia aplicada à Segurança Pública, que não têm correlação com os conhecimentos específicos de bombeiro. A disciplina análise de cenários e riscos tem pertinência com as atividades de Bombeiro, sendo esse conhecimento abordado dentro da área de defesa civil.

Com relação à área temática Cultura e Conhecimento Jurídico as disciplinas apresentadas são semelhantes às identificadas para a formação do BM, como Direitos Humanos e Conhecimentos Jurídicos. Um ponto a ser observado é a disciplina Legislação aplicada que não aparece na malha de disciplinas da Matriz.

A quarta área temática denominada Modalidades de Gestão de Conflitos e eventos críticos é constituída pelas disciplinas Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos, Mobilização Comunitária e Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres.

Ao analisar as disciplinas da área temática com as encontradas nos currículos estudados, verifica-se que o conhecimento da disciplina gerenciamento Integrado de crises e desastres é desenvolvido de forma separada, ou seja, para as instituições policiais o gerenciamento de crises e para a formação do BM o gerenciamento de desastres. O foco dessa disciplina é estabelecer a integração entre as duas doutrinas a crise e o desastre.

Na área temática denominada Valorização Profissional e saúde do trabalhador os conhecimentos estabelecidos estão relacionados com as Relações Humanas e a Saúde e Segurança aplicada ao trabalho. Essas disciplinas são

trabalhadas nos currículos de formação de bombeiro com denominações diferentes, mas com o mesmo sentido, como o caso de relações interpessoais e higiene e segurança no trabalho.

Outra disciplina que é desenvolvida nos currículos de formação de bombeiro é o treinamento físico; tema derivado dessa área temática.

Para a área temática Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública, as disciplinas pensadas são Língua e Comunicação, Telecomunicações, Sistemas Informatizados, Gestão da Informação.

Ao cruzar as disciplinas da malha de disciplina da Matriz com as do currículo de Bombeiro, verifica-se que duas são encontradas em todos os Estados estudados que são as telecomunicações e a inteligência, que pode ser traduzida em gestão da informação. A disciplina da Matriz Língua e Comunicação também aparece em dois dos currículos estudados com a denominação de Redação Oficial. Sistemas Informatizados é a única disciplina dessa área temática que não é encontrada nos currículos estudados.

A Malha de disciplinas para a área temática cotidiano e prática reflexiva aponta um único tema de conhecimento que é Ética e Cidadania, sendo foco de estudo da maioria dos currículos analisados.

A atividade de estágio supervisionado tem correlação com essa área temática quando a realização das tarefas profissionais promove uma reflexão sobre o dia a dia da atividade do bombeiro, fazendo com que coloquem em prática os conhecimentos adquiridos nas diversas disciplinas do currículo. A atividade devido à importância é desenvolvida por todos os Estados estudados.

A área que trata das Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública apresenta as disciplinas Preservação e Valorização da Prova, Primeiros Socorros e Uso da Força. No caso da disciplina preservação e valorização da prova tem correlação com a disciplina noção de perícia trabalhada na formação de bombeiros e o uso da força e sua proporcionalidade é foco de estudo de instituições policiais. A disciplina primeiros socorros é foco de estudo de todos os currículos estudados, com uma abordagem ampliada denominada Atendimento Pré-hospitalar.

Ao finalizar a análise de todas as disciplinas da Malha de disciplinas da MCN, fazendo a correlação com os currículos dos estados estudados, chega-se à conclusão de que as disciplinas da malha que não são tratadas na formação do BM são as seguintes:

- Fundamentos de Gestão Integrada e Comunitária;
- Abordagem sócio-psicológica da violência e do crime;
- Criminologia aplicada à Segurança Pública;
- Sistemas Informatizados;
- Preservação e Valorização da Prova;
- Uso da Força;
- Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos;
- Mobilização Comunitária.

Das 21 disciplinas selecionadas para a composição da Malha de Disciplinas da MCN, oito não aparecem em nenhum momento nos currículos estudados.

4 CONCLUSÃO

Borges-Andrade et al. (2006) afirmam que a formação profissional obedece a imperativos precisos, tais como a adequação da força de trabalho ao processo produtivo e a implementação de uma cultura própria da instituição de forma a enquadrar a formação e o conhecimento para torná-los convenientes às suas demandas específicas.

Para os Corpos de Bombeiros Brasileiros a formação profissional deve estar embasada em uma cultura própria e competências específicas, para produzir os efeitos desejados na execução da missão de salvar vidas e preservar o patrimônio.

Sendo assim, o presente estudo objetivou analisar se a MCN para a formação em Segurança Pública e a malha de disciplinas são aplicáveis à formação do BM.

Em um primeiro momento, era preciso conhecer o objetivo da Matriz que tem o desafio de estabelecer as ações pedagógicas que são comuns às instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública do País. Esse desafio se torna amplo quando se compromete a ser aplicável a organizações que têm competências e culturas distintas, tais como a Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

A competência legal dos Corpos de Bombeiros estaduais está centrada na realização de serviços de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, o estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos, atividade de perícias de incêndio e explosão, atendimento pré-hospitalar e ações de defesa civil.

Como o foco do presente estudo é verificar a sua aplicação para a formação de Bombeiro, foi preciso identificar as competências e os conhecimentos comuns específicos à profissão e correlacionar com os eixos articuladores, áreas temáticas e a malha de disciplinas da Matriz.

Um dos objetivos da MCN busca conhecer e dominar diversas técnicas e procedimentos, inclusive as relativas ao uso da força e as tecnologias não-letais, no desempenho da atividade de Segurança Pública, utilizando-as de acordo com os preceitos legais. Esse objetivo enfoca uma ação que é pertinente as instituições policiais, não sendo encontrada pertinência com os conhecimentos de Bombeiro.

No momento da análise dos conhecimentos derivados dos quatro eixos articuladores da Matriz com os conhecimentos da formação de bombeiro, constatou-se que são aplicáveis a essa formação, pelo fato de proporcionarem uma ampla discussão e reflexão sobre as problemáticas sociais atuais, fundamentais à preparação do profissional contemporâneo.

Outro ponto de destaque da Matriz é a idéia de trabalhar os conhecimentos dos eixos articuladores de forma transversal e interdisciplinar, como Garcia (2009, p.s/n) defende a proposta de elaboração dos programas de ensino.

A interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois para trabalhar os temas transversais adequadamente não se pode ter uma perspectiva disciplinar rígida. Um modo particularmente eficiente de se elaborar os programas de ensino é fazer dos temas transversais um eixo unificador, em torno do qual organizam-se as disciplinas. Todas se voltam para eles como para um centro, estruturando os seus próprios conteúdos sob o prisma dos temas transversais.

Com a ajuda do autor é que se compreende a necessidade de incentivar o caráter transversal e interdisciplinar nas ações pedagógicas para a área de Segurança Pública. A MCN cumpre bem o papel de mola propulsora do trabalho interdisciplinar e transversal, resgatando a construção de Malhas Curriculares flexíveis com características modernas para o ensino da área.

Na correlação das áreas temáticas com as competências específicas de Bombeiro e os conhecimentos contidos nas propostas curriculares estudadas, a constatação é de que os conhecimentos derivados da área temática Violência, Crime e Controle Social não se sustentam como área de conhecimento para as ações formativas específicas de bombeiro. Isso é comprovado pela ausência de conhecimentos dessa área temática nas atividades, nos currículos estudados e nas competências específicas de bombeiro. Na CBO, para a profissão BM, os assuntos da área temática também não encontram relação.

Costa (2005) ajuda a apoiar essa comprovação quando define que o conhecimento precisa ter valor de uso, estar vinculado às práticas sociais para serem tratados com sentido pleno. Essa área temática para a formação de Bombeiro não tem valor de uso e está desvinculada das competências da profissão.

As demais áreas temáticas apresentam correlação com as atividades exercidas pelo profissional Bombeiro.

No olhar da malha de disciplinas da Matriz ficou constatado que oito das 21 disciplinas não são tratadas na formação do BM. É fundamental que sejam

substituídas por disciplinas relacionadas com os conhecimentos comuns de bombeiro definidos no presente estudo.

Uma vez que a pesquisa se propôs a verificar se a MCN e sua malha curricular, atualmente concebida para as instituições de segurança pública do país, são aplicáveis para os Corpos de Bombeiros Militares, questionamento do presente estudo, considera-se que, a MCN apresenta concepções modernas para o ensino em Segurança Pública, na busca de ações pedagógicas que estejam alinhadas com o que se preconiza de mais atual para a área.

A Matriz busca a transversalidade, a interdisciplinariedade, a construção do currículo para a formação em Segurança Pública focada nas competências. A Matriz tem princípios e metas flexíveis, possibilitando a promoção de debates a partir da interação entre os sujeitos que compõem o referido processo. Essa proposta é corroborada com o pensamento de Perrenoud, quando defende a construção de currículos por competência.

A Matriz não define os conhecimentos a serem ensinados, mas sim as competências que devem ser construídas. Costa (2005), mais uma vez constata que em um currículo voltado para a construção de competências, o que importa não é a transmissão do conhecimento acumulado, mas sim a virtualização de uma ação, a capacidade de recorrer ao que se sabe para realizar o que se deseja, o que se projeta.

A aplicação da MCN na formação do BM se torna importante pelas suas características conceituais e a proposta de ser um instrumento para o estabelecimento da linguagem comum entre os Corpos de Bombeiros do País. Porém, necessita sofrer adequações com o objetivo de integrar os conhecimentos comuns da atividade profissional dos Corpos de Bombeiros que foram definidos neste estudo, com a análise das competências e a correlação das disciplinas dos currículos estudados.

A adequação proposta passa pela substituição da área temática Violência, Crime e Controle Social, que não tem correlação com os conhecimentos e as competências específicas de bombeiro, como ficou constatado no estudo, por uma área de conhecimento com o foco no fenômeno dos Desastres.

Outra modificação necessária é a substituição das oito disciplinas que não têm correlação com as atividades de bombeiro pelas disciplinas selecionadas como de conhecimento comum para a formação de Bombeiro.

Outro ponto que confirma a necessidade de adequação da Matriz para a formação de Bombeiro é o que prevê uma das políticas de valorização profissional estabelecidas pela SENASP, encontrada no relatório do SUSP para o período de 2003 a 2006. A política prevê a elaboração de uma MCN para Corpos de Bombeiros.

Essa ação constata a preocupação da SENASP em propor uma Matriz específica para os Corpos de Bombeiros, comprovando que o documento atual necessita de reformulações, pois não está totalmente alinhada com a cultura e as competências específicas de Bombeiro.

O estudo define as mudanças necessárias na MCN, para que possam nortear as ações formativas do profissional Bombeiro, tornando-se referencial para o País.

A adoção da Matriz servirá para unificar os conteúdos dos cursos de formação das instituições de Bombeiro, trazendo todos para uma linguagem comum, na perspectiva de unir esforços para atender com qualidade essa sociedade que está cada vez mais exigente por serviços públicos eficientes e eficazes.

Sendo assim, as organizações de bombeiro terão subsídios científicos para adotarem uma ação formativa comum em todo o país, focada no cumprimento da missão de Salvar vidas e preservar o patrimônio – “Vidas Alheias e Riquezas Salvar”.

Este estudo não pretendeu esgotar a discussão da temática e nem teve a pretensão de apresentar algo definitivo, mas contribuir com uma proposta para ser discutida por todos os integrantes da área de ensino dos Corpos de Bombeiros do País, que terão condições de ampliar o universo estudado e partir para a consecução de uma política pública de valorização profissional específica para os Corpos de Bombeiros.

Para finalizar, o autor chega à conclusão de que a MCN para ser aplicável na formação do BM necessita sofrer adequações voltadas para as competências específicas de bombeiro e no conhecimento comum definido no presente estudo, originado a partir da análise das diversas disciplinas encontradas nos currículos estudados.

A limitação encontrada no desenvolvimento do presente estudo foi a dificuldade em conseguir as competências que deram origem aos currículos dos cursos de formação de soldados dos estados do Ceará, Pará, Santa Catarina e Minas Gerais.

Este autor sugere que a proposta seja discutida por grupo de trabalho formado por representantes dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, que com base nela poderão consolidar o conhecimento que deverá ser comum para a formação do Bombeiro brasileiro.

A seguir é apresentada uma proposta de malha de disciplinas para a MCN para a formação do profissional Bombeiro, que surge a partir das competências específicas da atividade BM e nos conhecimentos comuns.

Áreas Temáticas da Matriz		Disciplinas
I	Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Sistema de Segurança Pública no Brasil Fundamentos de Gestão Pública História da Corporação
II	Desastres	Defesa Civil Análise de Cenários e Riscos
III	Cultura e Conhecimento Jurídico	Direitos Humanos Conhecimentos Jurídicos Legislação aplicada Direito Ambiental
IV	Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Resolução de Problemas e tomada de decisão Sistema de Comando de Incidentes
V	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Humanas Saúde e Segurança aplicada ao trabalho Treinamento Físico
VI	Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Língua e Comunicação Telecomunicações Inteligência
VII	Cotidiano e Prática Reflexiva	Ética e Cidadania Estágio Operacional
VIII	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Atendimento Pré-Hospitalar Salvamento Aquático, Terrestre e em altura Produtos perigosos Combate a Incêndio Noções de Perícia Prevenção Instrução Militar Instrução Geral Armamento e tiro

Quadro 20 – Malha de disciplinas da MCN para a formação de Bombeiros (proposta)

Fonte: O autor

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de Pós-graduação**: Noções Práticas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação- rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. **Competência e sensibilidade solidária-educar para a esperança**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

BORGES-ANDRADE, Jairo E. et al. **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho**: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOVO, Marcos Clair. Interdisciplinaridade e transversalidade como dimensões da ação pedagógica. **Revista Urutágua**: Revista acadêmica multidisciplinária. Centro de estudos sobre intolerância do Departamento de Ciências Sociais Universidade Estadual de Maringá (UEM). Quadrimestral, nº 07-ago./set./out./nov. 2005. Maringá, PR, Brasil, ISSN1519.6178. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/007/07bovo.htm>>. Acesso em: 19 set. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2008.

_____. **Lei 10.746, de 10 de outubro de 2003**. Altera a redação dos arts. 1º, 4º e 5º da Lei 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.soleis.com.br/leis_2003.htm>. Acesso em: 13 de ago. 2008.

_____. **Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001**. Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2001/10201.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para a formação em Segurança Pública (versão ampliada e modificada)**. Brasília, DF: SENASP, 2008. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMID414D534CB317480A9995C6D049ED9190PTBRIE.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Relatório Sistema Único de Segurança Pública 2003 a 2006**. Brasília, DF, 2007.

CAMPOS, André Telles; CONCEIÇÃO, André Luiz Santana. **Manual de Segurança Contra Incêndio e Pânico – Proteção Passiva**. Brasília: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, 2006.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra. **Glossário de Defesa Civil estudos de riscos e medicina de desastres**. 2. ed. ver. e ampl. 1998. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/glossario.asp>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RORAIMA. **O profissional Bombeiro**. Disponível em: <http://www.bombeiros.rr.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=16>. Acesso em: 14 jan. 2009.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991**. Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123428>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

_____. **Quadro de tarefas, frequência de execução e grau de complexidade do currículo do Curso de Formação de Soldados do ano de 2000**. Publicado no Boletim Geral/CBMDF nº 168, de 1 de set. 2000.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Lei nº 54, de 13 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.bombeiros.mg.gov.br/ajuda.html>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ. **Lei nº 13.438, de 7 de janeiro de 2004**. Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://www.cb.ce.gov.br/index.asp?pag=canal&id=32&iframe=sim>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ. **Lei nº 5.731, de 15 de dezembro de 1992**. Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.bombeiros.pa.gov.br/components/com_repository/com_repository_startdown.php?id=15&chk=9d2aed0d058547832138af238a2421d4&userid=0>. Acesso em: 22 ago. 2008.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Manual Básico BM**. Disponível em: <http://www.cfap.cbmerj.rj.gov.br/documentos/manual_cfsd/Materia%2012%20-%20Conduta%20do%20Soldado%20Bombeiro%20Militar.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2009.

COSTA, Thais Almeida. A noção de competência enquanto princípio de organização curricular. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29 maio/jun./jul./ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a05.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

DELUIZ, Neise. **O Modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação**: implicações para o currículo. Texto Publicado no Boletim Técnico Senac, vol. 27, n. 3, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/modelocompetencias.html>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

DICIONÁRIO. **Dicionário interativo brasileiro de educação**. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=70>>. Acesso em: 19 set. 2008.

DUTRA, Onei Tadeu. **Proposta de uma Matriz Curricular para o curso de Ciências Contábeis na grande Florianópolis**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.nossocontador.com/Artigos/58.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2009.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Práticas Interdisciplinares na escola**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRA JÚNIOR, Haroldo Machado; SOUZA, Paulo José Barbosa de. **Manual Técnico Profissional de Salvamento**. v. 4. Brasília: CBMDF, 1992.

GARCIA, Lenise Aparecida Martins. **Transversalidade e interdisciplinaridade**. Disponível em: <http://www.ensino.net/transversalidade_print.cfm>. Acesso em 09 jan.2009.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; BRUNO-FARIA, Maria de Fátima; BRANDÃO, Hugo Pena. Aspectos metodológicos do diagnóstico de competências em organizações. In: BORGES-ANDRADE, Jairo E. et al. **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho**: fundamentos para a gestão de pessoas. cap. 11. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

INCÊNDIO. In: **MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa**. Melhoramentos, 1998-2007. Disponível em: <<http://www.meusdicionarios.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2008.

INTEGRAÇÃO. In: **MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa**. Melhoramentos, 1998-2007. Disponível em: <<http://www.meusdicionarios.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2008.

KELLY, Albert Victor. **O currículo**: teoria e prática. São Paulo: Harbra Ltda, 1981.

KILIMNIK, Zélia Miranda; SANT'ANNA, Anderson de Souza. Modernidade organizacional, políticas de gestão de pessoas e competências profissionais. In: BORGES-ANDRADE, Jairo E. et al. **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho**: fundamentos para a gestão de pessoas. cap. 4. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAGALHÃES, Lucila Rupp. **Malhas, que malhas?**. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/opiniao/opiniao.asp?entrID=186>>. Acesso em 12 jan. 2009.

MALHA. In: **MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa**. Melhoramentos, 1998-2007. Disponível em: <<http://www.meusdicionarios.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2008.

MARIOTTI, Humberto. **Organizações de aprendizagem**: educação continuada e a empresa do futuro. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Cristian Farias. **Identidade Ameaçada**: uma interpretação etnográfica dos Bombeiros do Distrito Federal. Brasília, DF, 2003. 54 p. Dissertação para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia. Disponível em: <<http://www.unb.br/ceam/nepem/banco/MonografiaCristian.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

MATRIZ. In: **MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa**. Melhoramentos, 1998-2007. Disponível em: <<http://www.meusdicionarios.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2008.

MEISTER, Jeanne C. **Educação Corporativa**: a gestão do capital intelectual através das Universidades Corporativas. São Paulo: Makron Books, 1999.

MINAS GERAIS. **Lei nº 54 de 1999**. Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.bombeiros.mg.gov.br/ajuda.html>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação brasileira de ocupações – 2002**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca.asp>>. Acesso em: 14 fev. 2008.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

NATIVIDADE, Michelle Regina; BRASIL, Vanderlei. A escolha profissional entre os Bombeiros Militares. **Revista bras**. Orientação profissional, v.7, n.1, São Paulo. jun. 2006. Disponível em: <http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?pid=S1679-33902006000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 ago. 2008.

PEDRA, José Alberto. **Currículo conhecimento e representações**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1999.

PERRENOUD, Philippe et al. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PREVENÇÃO. In: **MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa**. Melhoramentos, 1998-2007. Disponível em: <<http://www.meusdicionarios.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2008.

RASIA, Carlos Alberto; BARROS, Cláudio Caetano; MARCELINO, Sílvio Cláudio. **Manual de atendimento Pré - hospitalar**. Brasília: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, 2007.

ROEGIERS, Xavier; DE KETELE, Jean-Marie. **Uma abordagem da integração: competências e aquisições no ensino**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTA CATARINA. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.tre-sc.gov.br/site/legislacao-e-jurisprudencia/legislacao/constituicao-do-estado-de-santa-catarina/index.html>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

SOUZA, Paulo José Barbosa de. **Curso de Formação de Brigada Contra Incêndio e Pânico**. Brasília: CBMDF, 1992.

TOFFLER, Alvin. **O Choque do futuro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1970.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Profissiografia dos Soldados Bombeiros Militares do CBMDF**. Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida. LABPAM, 2006/2007.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. **Trabalhos Acadêmicos da Unisul**: Apresentação gráfica para TCC, Monografia, Dissertação e Tese. 2. ed. rev. e ampl. Tubarão, 2008. Disponível em: <<http://www.unisul.br/biblioteca>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Resolução nº 118 de 06 de outubro de 2004**. Estabelece diretrizes para elaboração de projetos pedagógicos dos cursos de graduação de licenciatura plena para a formação de professores para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio da. Disponível em: <<http://www.scs.uem.br/2004/cep/118cep2004.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

ANEXOS

ANEXO A – CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS			
ESPELHO DO CURRÍCULO			
B A S E C O M U M	ÁREA	DISCIPLINA	CH
	MISSÃO BOMBEIRO	Sistema de Segurança Pública no Brasil	10
		Ética e cidadania	10
		<i>Carga horária de missão bombeiro</i>	20
	ÁREA	DISCIPLINA	CH
	CULTURA INSTITUCIONAL	Ordem unida	80
		Legislação aplicada	60
		<i>Carga horária de cultura institucional</i>	140
	ÁREA	DISCIPLINA	CH
	DIREITO APLICADO A ATIVIDADE BM	Direito Processual e Penal Militar	30
		Direito Ambiental	15
		Direito Penal	25
		<i>Carga horária de direito aplicado</i>	70
	ÁREA	DISCIPLINA	CH
	LINGUAGEM E INFORMAÇÃO	Telecomunicações	15
		Informática	15
<i>Carga horária de linguagem e informação</i>		30	
ÁREA	DISCIPLINA	CH	
EFICÁCIA PESSOAL	Saúde física	120	
	Resolução de problemas e tomada de decisão	15	
	<i>Carga horária de eficácia pessoal</i>	135	
CARGA HORÁRIA TOTAL DA BASE COMUM		395	
B A S E E S P E C Í F I C A	ÁREA	DISCIPLINA	CH
	TECNOLOGIA DE BOMBEIRO	Fundamentos da atividade de Bombeiro	15
		Salvamento em altura	75
		Produtos perigosos	20
		Salvamento aquático	75
		Espaço confinado	30
		Introdução a perícia	25
		Prevenção	90
		Direção defensiva	40
		Motomecanização	30
		Sistema de comando em operações de bombeiro	30
		Armamento e tiro	30
		Treinamento de Operações	50
		Combate a incêndio I (Teoria)	30
		Combate a incêndio II (Prática)	120
		Atendimento pré-hospitalar	120
Resgate veicular	55		
Busca terrestre	50		
<i>Carga horária de tecnologia de bombeiro</i>	885		
CARGA HORÁRIA CURRICULAR		1280	
ESTÁGIO OPERACIONAL		150	
À DISPOSIÇÃO DA DIREÇÃO		70	
CARGA HORÁRIA TOTAL		1500	

**ANEXO B – CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS
BOMBEIROS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

OD	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
01	Direitos Humanos	20
02	Legislação Institucional	30
03	Redação de Documentos	20
04	História do CBMMG	16
05	Fundamentos Básicos de PCIP	60
06	Educação Física	60
07	Natação	60
08	Salvamento Aquático	20
09	Mergulho Autônomo	40
10	Salvamento em Altura	60
11	Salvamento Terrestre	40
12	Atendimento Pré-Hospitalar	120
13	Produtos Perigosos	20
14	Técnica e Tática de Combate a Incêndio Urbano	80
15	Técnica e Tática de Combate a Incêndio Florestal	40
16	Comunicações e Operações	20
17	Noções de Técnica Policial Militar	16
18	Armamento e Equipamento Policial e Tiro Prático	40
19	Ordem Unida	30
20	Noções de Direito Penal Militar	20
21	Disposição da Coordenação de Ensino	10
	SUBTOTAL	822
21	Estágio Supervisionado	260 (*)
	TOTAL	1082

**ANEXO C – CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ**

ÁREA DE ENSINO		DISCIPLINA	C/H
SISTEMAS, INSTITUIÇÕES E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA	I	ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO BM	30
		HISTÓRIA DO CBMPA	10
CULTURA E CONHECIMENTOS JURÍDICOS	II	CONHECIMENTOS JURÍDICOS APLICADOS	20
		DIREITOS HUMANOS	20
MODALIDADE DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS	III	DEFESA CIVIL	20
VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	IV	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	60
COMUNICAÇÃO, INFORMÁTICA E TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA	V	ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA	10
		TELECOMUNICAÇÕES APLICADAS	20
COTIDIANO E PRÁTICA REFLEXIVA	VI	RELAÇÕES INTERPESSOAIS	10
		ÉTICA E CIDADANIA	10
		REDAÇÃO OFICIAL	10
FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	VII	INSTRUÇÃO MILITAR	40
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	20
		OPERAÇÕES COM PRODUTOS PERIGOSOS	20
		PRÁTICA DE OPERAÇÕES EM ÁREA DE SELVA	20
		EMERGÊNCIA E SOCORRO DE URGÊNCIA	30
		PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO	20
		TÉCNICA E MANEABILIDADE DE INCÊNDIO	40
		TÉCNICA E MANEABILIDADE DE SALVAMENTO TERRESTRE	40
		TÉCNICA E MANEABILIDADE DE SALVAMENTO EM ALTURA	30
		TÉCNICA E MANEABILIDADE DE SALVAMENTO AQUÁTICO	30
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	VIII	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	40
		PALESTRAS E VISITAS TÉCNICAS	10
		ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO DE CURSO	40
TOTAL			600

**ANEXO D – CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ**

DISCIPLINAS	INSTRUTORES	MONITORES	CARGA H/A
Instrução Geral	De acordo com a respectiva portaria	De acordo com a respectiva portaria	32
– Ordem Unida	idem	Idem	32
– Legislação BM	idem	Idem	20
– Noções de Direito	idem	Idem	40
– Ética profissional e cidadania	idem	Idem	12
– Armamento e tiro	idem	Idem	12
– Direitos Humanos	idem	Idem	12
– Prevenção e Combate a Incêndio	idem	Idem	100
– Busca e Salvamento	idem	Idem	100
– Salvamento Aquático	idem	Idem	100
– Atendimento Pré – hospitalar	idem	Idem	100
– Defesa Civil	Idem	Idem	40
– Educação Física Militar	idem	Idem	78
– Estágio Supervisionado	idem	Idem	300
– Seminários Avançados	idem	Idem	40
– Visitas de Estudo	idem	Idem	148
TOTAL			1166

**ANEXO E – CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

		DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA PRESENCIAL	CARGA HORÁRIA NÃO PRESENCIAL	CARGA TOTAL	V. F.	
DISCIPLINAS CURRICULARES	1	GRUPO - I	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR – I	1445	-	177	04
	2		INSTRUÇÃO GERAL	29	-	34	02
	3		HISTÓRIA DA CORPORACÃO E CIVISMO	20	-	34	02
	4		NOÇÕES DE DIREITO	18	-	30	02
	5		SOCIEDADE, RELAÇÕES HUMANAS E ÉTICA APLICADA	35	-	35	02
	6	GRUPO - II	LEGISLAÇÃO E REGULAMENTOS APLICADOS AO CBMDF – I	58	-	85	02
	7		INSTRUÇÃO MILITAR – I	95	10	105	04
	8		INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES BM – I	48	-	50	02
	9		HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO APLICADA	28	-	35	02
	10		GRUPO - III	TECNOLOGIA E MANEABILIDADE DE SALVAMENTO – TMS	167	-	167
	11	TECNOLOGIA E MANEABILIDADE DE INCÊNDIO – TMI		146	10	156	04
	12	EMERGÊNCIA E SOCORROS DE URGÊNCIA – ESU		127	20	147	04
	13	COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS		30	-	30	02
	14	OPERAÇÕES AQUÁTICAS		55	-	55	04
	15		ESTÁGIO OPERACIONAL SUPERVISIONADO	180	-	180	-
SOMA – 1			1315	40	1355	42	
CARGA TOTAL + CARGA DAS VERIFICAÇÕES FINAIS					1397		
COMPLEMENTO DO ENSINO	1	FERIADOS COM LICENCIAMENTO	SERÃO LANÇADOS NO CALENDÁRIO DO CURSO, MAS NÃO ENTRARÃO NO CÔMPUTO DA CARGA HORÁRIA.				
	2	RECESSO ESCOLAR	SERÁ LANÇADO NO CALENDÁRIO DO CURSO, MAS NÃO ENTRARÁ NO CÔMPUTO DA CARGA HORÁRIA.				
	3	TEMPO À DISPOSIÇÃO DO COMANDO DO CURSO			15		
	4	TEMPO À DISPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CURSO			20		
	5	TEMPO À DISPOSIÇÃO PARA TREINAMENTO E FORMATURA			10		
SOMA – 2					143		
TOTAL					1540		